



Mestrado Direito Empresarial
Dissertação de Mestrado

**QUAL O SENTIDO DO ARTIGO 32.º, N.º3 DO CÓDIGO DAS
SOCIEDADES COMERCIAIS?**

Orientação: Professora Doutora Fátima Gomes

Aluna: Rita Fragoso da Silva nº 142715055

ABRIL DE 2017

ABREVIATURAS

Art.º (art.s) – Artigo (s)

Cfr. – Confronte

CC – Código Comercial das pessoas coletivas

CNC – Comissão Normalização Contabilística

DL – Decreto-Lei

ESNL – Micro entidades e entidades do sector não lucrativo.

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

IAS – International Financial Standards

IFRS – International Financial Reporting Standards

IRC – Imposto sobre rendimento das pessoas coletivas

MEP – Método de equivalência patrimonial

NCFRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SA – Sociedade Anónima

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SQ – Sociedade por Quotas

UE – União Europeia

Vol. – Volume

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
-------------------	----------

CAPITULO I – PRESTAÇÃO DE CONTAS E REGIME DE CONTABILIDADE

1. A OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DISTRIBUIÇÃO LUCROS	5
2. CONTABILIDADE	7
2.1 NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	8
2.2 IMPLICAÇÕES DO SNC NO CSC	10
2.3 A DIRETIVA 2013/34/EU	12
2.4 ANÁLISE AO SNC E A DIRETIVA	13
2.5 BASES DE MENSURAÇÃO	17
3. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	19
3.1 CONCEITO CONTABILÍSTICO DE GRUPO	20
3.2 MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	23

CAPITULO II – PROTEÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (PATRIMÓNIO INTANGÍVEL) E ARTIGO 32.º DO CSC

4. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DO CAPITAL SOCIAL	25
4.1 O CAPITAL SOCIAL	26
4.2 PATRIMÓNIO	31
4.3 RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O PATRIMÓNIO	31
4.4 CONSERVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	32
5. ANÁLISE AO ARTIGO 32.º, N.º1 DO CSC	34
6. ANÁLISE AO ARTIGO 32.º, N.º2 DO CSC	36
7. CONCEITO DE REALIZAÇÃO	38
8. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO	40
9. ANÁLISE AO ARTIGO 32.º, N.º3 DO CSC	42
10. CONCLUSÕES	49
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, realizado no âmbito do Mestrado em Direito Empresarial tem como questão central a interpretação do n.º3 do art.º 32.º do Código das Sociedades Comerciais, (doravante designado por CSC).

O art.º 32.º do CSC encontra-se inserido numa subsecção do código denominada “Conservação do capital social”, composta pelos art.s 31.º a 35.º do CSC.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, verificaram-se algumas alterações ao sistema normativo, no regime da distribuição de bens aos sócios de âmbito direito societário, fazendo surgir algumas dúvidas em torno da análise ao art.º 32.º do CSC.

Além da implementação de um novo enquadramento normativo, o novo DL visou transpor a Nova Diretiva da Contabilidade – Diretiva 2013/34/EU – para o ordenamento jurídico português, e implicou alterações fundamentais no SNC. A transposição desta Diretiva também revogou artigos respeitantes à normalização contabilística das Micro entidades e entidades do sector não lucrativo (ESNL).

O presente estudo pretende empreender uma análise de algumas questões problemáticas na obrigação de prestação de contas, bem como na determinação dos resultados passíveis de distribuição pelos sócios, principalmente quando os resultados de exercício se traduzem em resultados positivos não estando assegurado o cumprimento do princípio da realização.

Iniciamos o trabalho com a análise às implicações legais e contabilísticas da obrigação de prestação de contas e respetivas alterações, quer ao nível contabilístico quer no domínio societário, derivado da transposição da nova Diretiva da contabilidade.

Após a análise de conceitos contabilísticos, iniciar-se-á o estudo detalhado do art.º 32.º do CSC, explanando os pontos principais da sua evolução, tanto a nível societário como contabilístico, e demonstrando-se em que medida a proteção do capital social de uma sociedade é influenciado pelas regras contabilísticas, nomeadamente à luz das alterações legislativas ocorridas em 2015. Com este estudo pretende-se explicitar em que consiste o método contabilístico, denominado Método de Equivalência Patrimonial, enquanto base de mensuração que pode interferir diretamente com um dos princípios basilares do capital social: princípio da intangibilidade do capital social.

CAPITULO I – PRESTAÇÃO DE CONTAS E REGIME DE CONTABILIDADE

1. A OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

É importante realçar que um dos objetivos das sociedades comerciais é a produção de lucros, com vista à sua repartição pelos sócios, pelo que, sendo considerado um verdadeiro fim das sociedades, há autores que afirmam que as sociedades só existem para produzir lucros.”¹

De acordo com esta ideia, os sócios realizam as entradas para o capital social, na expectativa de que o valor económico correspondente vai ser aumentada através de lucros obtidos e distribuídos anualmente ou, em último caso, quando a sociedade for liquidada.

Assim, as sociedades para saberem se obtêm lucros na sua atividade têm de apurar qual a sua situação patrimonial e financeira, através da escrituração e contabilização de todos os atos da sociedade que produzam efeitos patrimoniais, seguida da prestação de contas.

A sociedade presta contas através da avaliação, documentação e divulgação da situação patrimonial na qual se evidenciam as alterações patrimoniais ocorridas num determinado período. Incumbe à gerência ou a administração elaborar, preparar, ou acompanhar a elaboração dos documentos necessários para aferir a situação patrimonial e financeira da sociedade, atividade esta que se insere no âmbito do cumprimento do dever de prestar contas.

O apuramento periódico da situação patrimonial e financeira da sociedade é um elemento essencial e dessujeito a aprovação dos sócios, depois de todos os documentos de elaboração obrigatória terem sido submetidos à apreciação dos órgãos de fiscalização.

Tal documentação compreende os modelos de demonstrações financeiras necessários à completa obrigação de contabilidade e o relatório de gestão.

O relatório de gestão encontra-se regulado no art.º 66.º do CSC e é um documento no qual “a administração expõe de forma fiel e clara a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com

¹ PINTO, ALEXANDRE MOTA – “A Prestação de Contas e o Financiamento das Sociedades Comerciais”, in AAVV, Direito do Balanço e das Normas Internacionais de Relato Financeiro (Saldanha Sanches/Taborda da Gama/Sousa Câmara organizadores), Coimbra Editora, 2007, p.77.

que a mesma se defronta”², incluindo toda a informação capaz de explanar a gestão efetuada dentro da sociedade³.

O lucro do exercício é uma parcela muito importante dentro do ciclo económico-financeiro de uma sociedade. Considerando que em regra o exercício anual da sociedade coincide com o ano civil, é necessário apurar os resultados obtidos em cada exercício.

Quando o resultado obtido é positivo é porque a sociedade obteve um lucro de exercício, que pode ser definido como sendo a expressão monetária do resultado positivo alcançado pela sociedade durante o mesmo exercício económico, independentemente da possibilidade desse lucro ser ou não distribuído pelos sócios.

Neste sentido, o lucro de exercício é “aquele que provém do desenvolvimento da atividade social”⁴ e “só deve ser considerado lucro de exercício o excedente resultante do exercício da atividade social”⁵, uma vez que o património social líquido da sociedade pode registar um determinado aumento no exercício, motivado por outros fatores externos à atividade social da sociedade, como p.ex, aumentos ocorridos em bens do ativo face à existência de uma reavaliação. Estes aumentos ocorridos no património social da sociedade não integram o lucro de exercício. Estamos, sim diante de mais-valias que integram o património da sociedade. Porém como estas mais-valias ainda não se encontram realizadas, no sentido contabilístico, apenas integrarão o conceito de lucro de exercício quando ocorrer o fenómeno da realização, nomeadamente através de uma

² VASCONCELOS, PAULO ALVES DE SOUSA DE, *Apuramento e Aplicação de Resultados – No Código das Sociedades Comerciais*, Almedina, 2016, p. 106.

³ Após a reforma jus-contabilística, que teve como intuito simplificar a vida das sociedades, o livro de atas passou a ser o único livro obrigatório. Até então o art.º 31.º do Código Comercial (CCom) enumerava os livros indispensáveis a qualquer empresa, como p.ex, o livro de inventário e balanços. Após a dita reforma, o CC deixou de ter importância nas regras de organização da escrita societária, que agora se encontram explanadas no SNC e em diversas Portarias e Avisos. Como refere PAULO VASCONCELOS, Portugal encontra-se numa fase de “deslegalização do direito do balanço” – cf. VASCONCELOS, PAULO ALVES DE SOUSA DE, *Apuramento e Aplicação de Resultados no CSC*, Coimbra, Almedina, 2016, p.109.

⁴ VASCONCELOS, PAULO ALVES DE SOUSA DE, *Apuramento e Aplicação de Resultados no CSC*, Coimbra, Almedina, 2016, p.170.

⁵ VASCONCELOS, PAULO ALVES DE SOUSA DE, *Apuramento e Aplicação de Resultados no CSC*, Coimbra, Almedina, 2016, p.170.

operação de alienação do elemento do ativo revalorizado (realização em virtude de alienação).

Outro aspeto muito importante sobre o lucro de exercício é que este é relevante para determinar o que geralmente se designa como o direito dos sócios à comunhão nos lucros que sejam repartidos ou se considerem suscetíveis de repartição. Para este efeito relevam os art.s 217.º e 294.º do CSC⁶, nos termos dos quais os sócios tem direito a metade do lucro de exercício que seja distribuível.

O conceito de lucro a que se reportam estas normas (lucro do exercício distribuível) é diferente do conceito de lucro a que anteriormente aludimos. Estamos aqui perante um lucro do exercício diminuído do montante necessário para cobrir todos os prejuízos transitados acusados pelo balanço, quantias necessárias para cumprir com a obrigação de constituição de reservas e /ou amortização de despesas de constituição e investigação – nos termos do art.º 33.º do CSC.

De acordo com alguns autores, a obrigação de constituição ou reforço de reservas é uma operação que só tem de ser realizada se não existirem perdas transitadas que consumam todo o lucro do exercício.

A proteção dos credores da sociedade determina que apenas o lucro do exercício distribuível possa ser efetivamente distribuído pelos sócios, pois de outra forma poder-se-ia estar a colocar em causa o princípio da integridade do capital social.

Nesse sentido, para se determinar o lucro distribuível é necessário ter em conta as normas que orientam e regem o capital social, na sequência do que dispõe a Diretiva do Capital⁷, obrigando à realização de um “*balance-sheet test*” (teste de balanço), nos termos do qual, em certas circunstâncias, é impossível distribuir bens aos sócios.

2. CONTABILIDADE

Como já se conseguiu perceber, esta dissertação tenciona demonstrar que o regime jurídico previsto no art.º 32.º do CSC se encontra bastante influenciado pela contabilidade, razão pela qual entendemos dever desenvolver com algum detalhe este ponto.

⁶ Referentes às SQ e SA, respetivamente.

⁷ Diretiva 2012/30/EU, de 25 de outubro de 2012, do Parlamento Europeu, que revogou e substituiu a “Diretiva do Capital” ou “Segunda Diretiva” da União Europeia em matérias de sociedades.

A contabilidade, nos anos 50 do século XX, foi definido pelo *American Institute of Certified Public Accountants*, como sendo “o acto de registar, classificar e sumariar de uma forma organizada e em termos de unidades monetárias as transações e eventos que são, pelo menos em parte, de natureza financeira de modo que permita a sua interpretação subsequente”.

A *American Institute Accounting Association*, em 1975, definiu a contabilidade como “uma atividade ligada ao fornecimento de informação útil para a tomada de decisões económicas e, se fornecida, o bem-estar social será aumentado”⁸.

Já mais recentemente, a contabilidade foi definida como sendo uma ciência de natureza económica que tem por objeto produzir informações para possibilitar o conhecimento do passado, presente e futuro da realidade económica, em termos quantitativos, mediante métodos específicos apoiados em bases suficientes testadas, a fim de elaborar uma informação que cubra as necessidades financeiras externas e as de planeamento e de controlo interno.

Facilmente se consegue compreender, que o conceito de contabilidade passou de uma atividade científica de mero registo de transações para uma atividade que permita aos seus parceiros (sócios, acionistas, clientes, fornecedores, trabalhadores, financiadores, etc.), em tempo real extraírem as informações necessárias para tomarem determinadas decisões económicas.

As determinadas decisões económicas são, p.ex, a celebração de um contrato de compra e venda, a análise e avaliação da responsabilidade do órgão de gestão da empresa, bem como a determinação num determinado exercício económico dos lucros da empresa.

2.1. NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

É importante referir que o apuramento da situação patrimonial das sociedades é um elemento fundamental da prestação de contas, mas também para a própria sociedade, para os credores e inclusive para o Estado.

Assim, as regras de apuramento da situação patrimonial devem explicar números que permitam à contabilidade demonstrar e relatar uma imagem real da sociedade, de forma

⁸ American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), 1988). Analytical procedures SAS No. 56. New York, NY: AICP.

que externamente a sociedade seja vista como uma entidade sólida a nível financeiro e que transmita confiança aos seus parceiros de negócios.

Nesse sentido, as normas contabilísticas são criadas e pensadas para extrair e demonstrar a posição financeira da sociedade, tendo, consequentemente, repercussões e limites aquando da distribuição de bens aos sócios.

A Contabilidade tem um conjunto de regras e rege-se por um quadro normativo próprio, que ao longo dos últimos anos sofreu certas alterações.

Em 2002, com a entrada em vigor do Regulamento n.º 1606, de 19 julho⁹ do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, tornou-se obrigatória a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) nas demonstrações financeiras consolidadas de entidades com títulos cotados em mercado regulamentado, tendo deixado ao arbítrio dos legisladores internos, a sua aplicação nas restantes demonstrações financeiras.

Desde cedo se compreendeu, que as NIC suscitavam questões problemáticas na determinação dos resultados a distribuir, principalmente quando nos resultados de exercício passavam a ser integrados elementos positivos que não corroboram o princípio da realização.

Face ao exposto, e com a aplicação das NIC, o legislador comercial teve de optar entre quais os resultados que efetivamente são relevantes para a distribuição:

- Os Resultados líquidos do exercício
- Diminuir os resultados não realizados ou de algum destes

A escolha acabou por recair, no critério que está consagrado no art.º 32.º n.º 2 do CSC.

O legislador português no Sistema Normalização Contabilística (SNC) optou por adotar o justo valor, para ser aplicado aquando da distribuição de bens ou resultados, mas no entanto teve de escolher entre:

- As Normas Contabilísticas; ou

⁹ Foi publicado no JOUE n.º 243, Série L de 11 setembro 2002, com as pequenas alterações subsequentes introduzidas pelo Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho CE n.º 297/2008, de 11 de março de 2008.

- Resultado Contabilístico corrigido em algumas das suas componentes.

A harmonização do Sistema Normalização Contabilística e das Normas Internacionais de Contabilidade com o regime societário verificou-se quando foi alterado o art.º 32.º do CSC e foi aditado ao artigo o n.º 2 e n.º 3.

2.2. IMPLICAÇÕES DO SNC NO CSC

No ano de 2009, com a publicação do DL n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), baseado nas Normas Internacionais de Contabilidade, tendo sido efetuadas algumas alterações do CSC, em especial nas normas que regulam o modo de determinar quais os resultados obtidos pela sociedade que podem ser distribuídos pelos sócios e na sua articulação com a adoção do justo valor (“fair-value”), como modelo de mensuração.

O SNC pretendeu realizar uma adaptação das IAS/IFRS – *International Accounting Standards/ International Financial Reporting Standards* para o regime nacional, em função das necessidades e especificidade do tecido empresarial nacional, sem descurar os deveres de harmonização impostos pela participação de Portugal na UE.

Nesse sentido, as maiores alterações disseram respeito aos critérios tradicionais de mensuração que necessariamente tiveram impacto no apuramento do resultado líquido do exercício.

Assim, até à entrada em vigor do SNC, em 2009, os ativos da sociedade eram registados pelo custo de aquisição e o seu valor apenas era modificado durante a sua vida se existisse desvalorização. Pelo contrário, as valorizações dos bens não se manifestavam no património da sociedade. Ao ser adotado um sistema contabilístico que incentiva a aplicação do critério da mensuração ao justo valor verifica-se que o património passou a refletir as suas próprias variações, bem como as variações sobre os resultados obtidos. Neste novo sistema contabilístico permite-se também a inclusão de prováveis resultados, que se esperam obter no futuro próximo, resultados esses que ainda não foram realizados. A conversão desses resultados, em resultados realizados, apenas é possível quando a valorização ocorrida no bem, se transforme, regra geral, em dinheiro.

A publicação do SNC implicou a alteração de alguns normativos, nomeadamente, o CSC¹⁰ resultante da necessidade de ser compatibilizado com as novas normas contabilísticas¹¹.

As alterações que este diploma veio introduzir, dizem sobretudo respeito, à forma como é efetuada a distribuição de resultados, encontrando-se no preâmbulo do diploma a justificação, nos seguintes termos:

“ (...) a recente adopção, por parte das entidades com valores cotados, das Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e a próxima adopção de um novo Sistema de Normalização Contabilístico aplicável às demais empresas vieram permitir que as empresas passem a utilizar com maior intensidade o critério de mensuração do justo valor (fair-value). A aplicação desta técnica contabilística tem como principal consequência que a ênfase é dada à mensuração das rubricas do balanço, passando, em consequência, a expressar-se muitas das rubricas desta demonstração financeira em valores de mercado. Assim sendo, e embora reconhecendo a importância da adopção do critério de justo valor na qualidade da informação financeira prestada pelas empresas, facto que permite reflectir com maior relevância a sua verdadeira performance, entende-se que deverá haver alguma limitação à distribuição dos resultados positivos que tenham sido gerados a partir da aplicação do referido critério de valorimetria. Quanto às componentes negativas da aplicação do justo valor, não deixa de ter aplicação o princípio da prudência, pelo que não é contemplada qualquer alteração nesta vertente, continuando a afectar, neste caso negativamente, a distribuição de resultados, já que, primeiro, terão de ser compensadas estas perdas, e só depois se poderão libertar bens para distribuição”.

Por força da entrada em vigor deste DL, foi alterado o art.º 32.º, n.º1 do CSC e aditado um n.º 2, passando este artigo a dispor:

“1 - Sem prejuízo do preceituado quanto à redução do capital social, não podem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade quando o capital próprio desta, incluindo o resultado líquido do exercício, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato

¹⁰ A alteração do CSC foi através do DL 185/2009, de 12 agosto.

¹¹ Para um estudo mais aprofundado sobre a alteração do CSC, mais concretamente, o art.º 32.º do CSC, vd. CÂMARA, Paulo, in CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES – *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 2.ª edição, Coimbra.

não permitem distribuir aos sócios ou se tornasse inferior a esta soma em consequência da distribuição.

2 - Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade, a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

2.3. A DIRETIVA 2013/34/EU

Em 26 de junho de 2013 foi aprovada a Diretiva 2013/34/EU, mais conhecida como a Diretiva da Contabilidade, que visa sobretudo a criação de um modelo contabilístico a adotar pelos Estados-Membros da UE, bem como uma aproximação dos modelos contabilísticos utilizados na Alemanha e em França. A transposição da Diretiva para o sistema jurídico interno tinha como prazo limite o dia 20 de julho de 2015.

A elaboração desta Diretiva tinha como principal meta “*a eliminação da burocracia e a melhoria do quadro regulamentar para as pequenas e médias empresas, assim como, a simplificação dos procedimentos de relato financeiro*”¹².

Tem como principal objetivo equilibrar os interesses dos destinatários das demonstrações financeiras e o interesse das empresas em não estarem a ser oneradas com requisitos de divulgação.

Nesse sentido, em 2008, o Parlamento Europeu sugeriu uma revisão às Diretivas contabilísticas para analisar a forma de reduzir o peso administrativo às entidades de pequena dimensão.

Assim, nasceu o documento “*A Small Business Act for Europe*”, que demonstra e reconhece a importância das pequenas e médias empresas na economia atual, bem como a relevância de isentar as empresas da burocracia a que estão sujeitas.

Em Portugal, esta Diretiva foi transposta pelo Ministério das Finanças, após consulta da Comissão Normalização Contabilística (CMC), do Instituto Nacional de Estatística, do Banco de Portugal, entre outras entidades, através do DL n.º 98/2015, de 2 de junho, e

¹² Preâmbulo da Diretiva 2013/34/EU, publicada em 26 de junho de 2013.

respetivas portarias sobre os instrumentos contabilísticos do SNC, que consagraram a transposição para o ordenamento jurídico da Diretiva da Contabilidade.

Com a entrada em vigor e com as suas implicações verificou-se a necessidade de efetuar um aditamento ao art.º 32.º do CSC.

No fundo e de forma muito sintética, a nova Diretiva visa reduzir, essencialmente, os encargos administrativos das pequenas e médias empresas, simplificar os procedimentos de relato financeiro, reduzir a informação constante prevista nas notas anexas às demonstrações financeiras, bem como dispensar os grupos de pequenas e médias empresas de preparem demonstrações financeiras.

2.4. ANÁLISE AO SNC E A DIRETIVA

No SNC, as demonstrações financeiras são compostas por um número maior de elementos contabilísticos em relação aos exigidos pela Diretiva. Nos termos da estrutura conceptual do SNC, as demonstrações financeiras devem ser elaboradas, segundo as normas do SNC¹³, apresentando todos os dados possíveis, para que a informação possa ser considerada fiável.

O SNC ¹⁴ exige que sejam elaboradas as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanco
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Demonstração de Alterações de Capital Próprio
- Anexo

¹³ O SNC estabelece o regime contabilístico geral. No entanto, é importante referir que existem outros regimes contabilísticos sectoriais, nomeadamente, para o sector público administrativo.

¹⁴ Estes elementos estavam previstos no art.º 11.º do DL n.º158/2009, que aprovou o SNC, por sua vez foi revisto e revogado pelo DL n.º98/2015, de 2 de junho.

O balanço é “um documento contabilístico constituído por um quadro alfanumérico que contém informação reportada a uma data concreta. Revela os recursos que uma sociedade possui e a forma como estão a ser financiados, quer pelos sócios, quer por terceiros”¹⁵.

O balanço da sociedade comercial, faculta-nos a informação de quais os ativos e passivos da sociedade, num certo momento, bem como do seu capital próprio, apresentando o ativo e passivo separados em correntes e não correntes¹⁶.

Pelo balanço, ficamos a saber o que a sociedade tem (ativo) e o que a sociedade deve (passivo), e pelo confronto, chegamos ao valor do capital próprio, isto é, “os recursos estáveis que a sociedade conta”¹⁷.

A demonstração de resultados por natureza é um quadro que “informa quanto aos gastos e aos rendimentos que a sociedade registou ao longo do exercício, no período de tempo, entre dois balanços”.¹⁸ Com este instrumento contabilístico, fica-se com a noção dos gastos e dos rendimentos da sociedade de acordo com a sua natureza, p.ex, os gastos com a mercadoria, com o pessoal, as vendas, as prestações de serviços, entre outros.

Com o SNC, e ao contrário do POC (Plano Oficial de Contabilidade), a apresentação da demonstração de resultados por natureza passou a ser vertical, sem separar os gastos e os rendimentos¹⁹.

A demonstração de fluxos de caixa apresenta as variações ocorridas na estrutura financeira durante o exercício, sobressaindo a origem dos fundos e o seu destino. Com

¹⁵ VASCONCELOS, PAULO ALVES DE SOUSA DE, *Apuramento e Aplicação de Resultados no CSC*, Coimbra, Almedina, 2016, p.109.

¹⁶ A principal forma de distinguir, entre ativos e passivos, correntes e não correntes, diz respeito ao prazo de detenção de ativos e liquidação de passivos: 12 meses são considerado correntes; mais de 12 meses são considerados não correntes.

¹⁷ VASCONCELOS, PAULO ALVES DE SOUSA DE, *Apuramento e Aplicação de Resultados no CSC*, Coimbra, Almedina, 2016, p.110.

¹⁸ VASCONCELOS, PAULO ALVES DE SOUSA DE, *Apuramento e Aplicação de Resultados no CSC*, Coimbra, Almedina, 2016, p.110.

¹⁹ Este sistema introduzido pelo SNC diverge do implementado anteriormente pelo POC, que apresentava os gastos e os rendimentos na horizontal, e de um lado os custos, e do outro os proveitos.

este instrumento ficamos a saber, quais os montantes despendidos pela sociedade mas também os valores recebidos.

De acordo com o SNC, também é necessário elaborar uma demonstração de alterações no capital próprio, informação essa que nos tempos de vigência do POC não existia. Esta demonstração tem como finalidade informar sobre os aumentos e ou diminuições ocorridas no capital próprio durante o período de análise.

Por último, o anexo deve conter todas as informações contabilísticas relevantes que não estejam contidas em qualquer outro instrumento contabilístico. O anexo encontra-se expressamente previsto no art.º 66.º-A do CSC.

A Diretiva da Contabilidade prevê um processo muito mais simplificado para as pequenas e médias empresas, o que se verifica através da desburocratização dos processos, sendo as demonstrações financeiras exigidas reduzidas a um número menor (apenas 3): Balanço, Demonstração de Resultados por Natureza e Notas ao Balanço, em conformidade com um dos principais objetivos da Diretiva que reside em garantir, através das demonstrações financeiras, uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo e em simultâneo a posição financeira da entidade.

Também o SNC considera que as demonstrações financeiras devem facultar informação relevante sobre a posição financeira, de forma que essa informação seja útil aos seus utilizadores.

Nesse sentido, o SNC, consagra, respetivamente, dois princípios essenciais: ***o princípio do acréscimo e o princípio da continuidade.***

O ***princípio do acréscimo*** considera que os frutos devem ser reconhecidos no momento em que se verifica a transação, independentemente do recebimento/pagamento. Por sua vez, o princípio da continuidade visa sobretudo, reforçar a ideia de que a entidade opera no seu mercado, através da sua estrutura duradoura²⁰.

Além dos princípios já referidos, o SNC, abarcava outras características relevantes para a obtenção da informação financeira:

²⁰ Na Diretiva da Contabilidade, este princípio está consagrado como um princípio geral do relato financeiro, previsto no art.º 6.º do diploma.

- **Compreensibilidade:** os dados financeiros devem ser elaborados de forma compreensível, para que os recetores fiquem na posse de informação suficiente e fiável às tomadas de decisões importantes;
- **Relevância:** toda a informação deve ser relevante para que possa ser útil e fiável aos seus utentes. Desta forma, o grau de relevância deve implicar que os recetores da informação contabilística fiquem influenciados nos dados obtidos e que os mesmos os ajudem a tomar determinadas decisões no decurso dos acontecimentos;
- **Neutralidade:** este princípio postula pelo critério da fiabilidade, ou seja, toda e qualquer informação fornecida carece de ser o mais real e coincidente possível com a realidade económica;
- **Prudência:** este princípio consiste em atribuir um grau de precaução nas avaliações aquando da preparação e elaboração das demonstrações financeiras;
- **Plenitude:** a informação além de detalhada, tem de ser completa para assegurar a sua fiabilidade;
- **Comparabilidade:** as demonstrações financeiras devem permitir a realização de comparações da atividade da entidade ao longo de um determinado período de tempo;

Para a Diretiva, a prudência é considerada um princípio contabilístico essencial, ao contrário do SNC, que a classifica como sendo apenas uma característica qualificadora da informação contabilística/financeira.

Ora, dentro do princípio da prudência, verifica-se a existência do sistema do acréscimo, semelhante ao identificado pelo SNC. Este regime do acréscimo ou periodização económica é um dos mais relevantes na contabilidade. A sua importância deriva do facto das entidades o deverem utilizar para o reconhecimento das suas transações.

Assim, as entidades devem reconhecer os seus ativos, passivos, gastos e rendimentos no momento em que se verifica a operação, sendo o seu rendimento ou pagamento autónomo do reconhecimento²¹.

Outra característica relevante é a mensuração que pode ser feita através do custo de aquisição, ou de produção.

²¹ Em contraposição há o regime de caixa, que se caracteriza pelo recebimento ou pagamento.

Para o SNC, o custo de aquisição, é encarado como sendo o preço a pagar mais as despesas acessórias, subtraídas das reduções acessórias, por sua vez, o custo de produção, diz respeito ao custo das matérias-primas e dos consumíveis, sendo incluindo os custos fixos e variáveis.

2.5. BASES DE MENSURAÇÃO

Na estrutura conceptual do SNC, são consideradas bases de mensuração:

- **Custo histórico:** considera-se um custo histórico, o valor pago pela sociedade no momento de aquisição de um bem ou a construção de um certo ativo.
- **Custo corrente:** neste método o que releva é a valorização do ativo pelo valor de caixa que seria necessário despendar pela sociedade num determinado momento.
- **Valor realizável:** esta base de mensuração é muito indicada em diversas NCFRF (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro), como sendo aquela que mais valoriza os ativos da sociedade. É normalmente definido como sendo o preço estimado de venda de um ativo da sociedade num decurso de um negócio, deduzido os custos previsíveis para o completar, mas também os custos estimados para a prossecução da venda.
- **Valor presente:** a forma de mensuração verifica-se através da escrituração dos ativos pelo valor presente descontando os futuros influxos líquidos de caixa que o respetivo bem vai gerar ao longo da sua vida, bem como no decurso normal dos negócios. Nesse sentido, e noutra perspetiva, a sociedade também vai escriturar os passivos pelo valor atual abatendo os futuros exfluxos líquidos de caixa que se calculam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios.
- **Justo valor:** é considerada uma premissa muito relevante do SNC. Na conceção adotada pela estrutura conceptual do SNC, o justo valor define-se como sendo a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado dentro da sociedade, no decurso de uma negociação.

A noção de justo valor apareceu pela primeira vez no universo contabilístico em 1991, na Diretiva Contabilística, n.º 1, sob a designação “Tratamento contabilístico de Concentração de Atividades Empresariais”. Nesta altura, “justo valor é a quantia pela

qual um bem (ou serviço) poderia ser trocado, entre um comprador conhecedor e interessado e um vendedor nas mesmas condições, numa transação ao seu alcance”²².

Em 2002, com o Regulamento 1606/2002, que previa a adoção das NIC, a noção de justo valor alcançou uma posição mais dominante, através das NIC’S que acolhem o modelo de valorização pelo método de justo valor. Com a publicação do Regulamento, as sociedades cotadas da UE passaram a estar vinculadas a adotar os IAS. Nesse sentido, a CNC elaborou um novo modelo de normalização contabilística, que culminou com a publicação do SNC, onde o justo valor ganhou importância²³.

O método do justo valor tem como objetivo refletir uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira, do património e dos resultados da sociedade, impondo a obrigação à sociedade de registar todos os bens não pelo preço de aquisição, como sucede, p.ex, com o método de custo histórico, mas sim pelo valor atual de mercado.

No anexo ao balanço e à demonstração de resultados, cada sociedade deve identificar as classes de ativos e passivos que optou por utilizar o método de justo valor. No caso, da sociedade não ser cotada, é livre de adotar ou não pelo método do justo valor. Se decidir utilizar o método do justo valor, a sociedade terá, anualmente, que proceder à análise a avaliação de cada uma das classes de ativos e passivos e assinalar a variação ocorrida.

No fundo, a utilização do mecanismo contabilístico do justo valor na apresentação das contas da sociedade, tende a refletir a informação com maior transparência e fiabilidade da situação económica da entidade.

Com a entrada em vigor da Diretiva da Contabilidade²⁴, foram adotadas duas bases de mensuração essenciais:

- **Custo de aquisição**
- **Custo de produção**

A Diretiva pretende que as demonstrações financeiras das sociedades possam utilizar o critério de mensuração do custo histórico, de forma a assegurar a fiabilidade da informação fornecida por estes instrumentos contabilísticos.

²² Cfr. ponto 3.2.3.

²³ Através do DL 158/2009, de 13 junho.

²⁴ Na presente Diretiva as bases de mensuração encontram-se consagradas no art.º 6.º, n.º 1, alínea i).

Cumpra ainda indicar, que os Estados Membros podem consentir ou obrigar as sociedades a apresentarem bases de mensuração alternativas. Uma das bases de mensuração diz respeito, à mensuração através dos ativos fixos pelas quantias revalorizadas. No entanto, são os Estados Membros que regulam as regras de aplicação deste método de mensuração. Este método de mensuração é considerado uma exceção e só se aplica aos ativos fixos de uma sociedade. É registado na rubrica do capital e reservas, sendo um valor registado no capital próprio da sociedade.

Quando existe esse valor excedente de revalorização, pode ser, em todo ou em parte, capitalizado, ou, noutra via, pode ser reduzido, quando os valores deixarem de ser relevantes para a contabilização da sociedade.

3. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As referências já realizadas sobre a prestação de contas foram exclusivamente reportadas às denominadas contas individuais das empresas. Contudo, a obrigação de elaborar e apresentar contas tem uma dimensão mais vasta, conhecida pela expressão “elaboração e prestação de contas consolidadas”.

A consolidação de contas é uma técnica contabilística adaptável à uma nova realidade societária – a empresa de grupo – e encontra-se consagrada nos art.s 508.º-A a 508.º-F do CSC, nos art.s 2.º, 4.º a 8.º do SNC, na Diretiva 83/349/CEE, de 13 de Julho²⁵, bem como em vários “International Accounting Standards”²⁶.

Esta técnica contabilística desempenha funções de natureza externa, nomeadamente, aos sócios atuais e futuros, fornecedores, credores, trabalhadores, Estado, entre outros, sendo um reflexo da situação patrimonial e financeira da sociedade plurissocietária, bem como funções de natureza interna permitindo um maior melhor controlo interno sobre todas as

²⁵ Esta Diretiva é conhecida como a 7.ª Diretiva, relativa às contas consolidadas dos grupos das sociedades, sofreu alterações pela Diretiva 2003/51/CE, de 18 julho.

²⁶ O IASB (*International Accounting Standards Board*) foi criado em 1973, sob o nome de IASC (*International Accounting Standards Committee*) e consiste no grupo constituído por países de todo o mundo (de entre os quais fazem parte a Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Holanda, Reino Unido e EUA) com a finalidade de criar regras contabilísticas que uniformizem o mais possível a contabilidade a nível mundial. Como fruto do trabalho do grupo, surgem então as IAS (*International Accounting Standards*).

empresas agrupadas²⁷, uma vez que para o “legislador contabilístico a empresa de grupo constitui, não apenas uma unidade económica, mas também uma verdadeira unidade jurídica.”²⁸, pelo que é fundamental salientar a existência de um sistema próprio que consagra um conjunto de regras quanto à elaboração, apresentação, fiscalização e publicidade dos documentos de prestação de contas consolidadas.

Os documentos que abarcam as demonstrações financeiras consolidadas (balanço consolidado, alterações do capital próprio, bem como o relatório de gestão, devem ser preparados pelos órgãos de administração da empresa-mãe ou consolidante – art.º 508.º – A, n.º1 do CSC, e submetidos à análise dos órgãos deliberativos e de fiscalização art.º 508.º – A, n.º2 e 508.º – D do CSC.

A elaboração das contas consolidadas implica, além do respeito pelas regras imperativas da consolidação de contas, o cumprimento de certos princípios universais a todas as empresas abrangidas pela consolidação, como p.ex, a elaboração das contas devem reportar-se todas ao mesmo período, bem como que exista uma homogeneização dos métodos contabilísticos.

A prestação de contas consolidadas carece de ser objeto de publicidade, em especial de registo comercial – art.º 508.º – E, n.º1 do CSC e 42.º, n.º 2 do Código Registo Comercial (CRC).

3.1. CONCEITO CONTABILÍSTICO DE GRUPO

Para efeitos de consolidação contabilística, grupo consiste “num conjunto formado por uma empresa (dita empresa-mãe) e outras empresas (ditas “subsidiárias”) com as quais aquela possua uma ou mais relações previstas na lei”²⁹.

²⁷ ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, "A Consolidação das Contas", in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p.186-187.

²⁸ ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, "A Consolidação das Contas", in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p.187.

²⁹ ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, "A Consolidação das Contas", in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p.188.

Tendo em conta as diversas relações existentes entre a dita empresa-mãe e as empresas subsidiárias, a lei estabeleceu um critério consoante a empresa-mãe seja ou não titular de uma participação de capital.

Desta forma, se a empresa-mãe detiver uma participação de capital, a entidade participada será qualificada como sendo subsidiária da empresa-mãe, se esta for titular, alternativamente ou cumulativamente de um poder maioritário, regra prevista no art.º 6.º n.º 1, b), i)) do DL 158/2009, de 13 de julho, bem como se for titular de um poder de designação ou destituição do órgão de gestão das políticas financeiras e operacionais da empresa participada – art.º 6.º, n.º1, b), ii), do referido DL.

Assim, se a sociedade-mãe tiver um poder de exercício que influencie de uma forma dominante através de um determinado contrato celebrado com a subsidiária ou por uma cláusula prevista no contrato social – art.º 6.º, n.º1, b), iii), do citado DL, também é considerada subsidiária da empresa-mãe.

Outra hipótese possível é a empresa-mãe deter um poder minoritário de voto igual ou superior a 20% pelo qual tenha poderes para designar sozinha a maioria dos membros dos órgãos a quem está entregue a gestão das políticas financeiras e operacionais da subsidiária que estiveram em funções durante o exercício social ou precedente a que se reportam as contas consolidadas – art.º 6.º, n.º1, b), iv), ou então de um poder maioritário devido a um acordo celebrado com os sócios ou detentores de voto na subsidiária – art.º 6.º, n.º1, b), v) DL 159/2009.

Ora cumpre referir, que o legislador implementou determinadas regras complementares referentes ao direito de voto ou de direitos de designação e destituição detidos pela empresa-mãe. Deste modo, consagrou-se a importância da *titularidade indireta ou material*. Esta regra e para efeitos de determinação do valor dos direitos sociais, são de atribuir à empresa-mãe aqueles que sejam detidos, pela subsidiária, bem como por qualquer pessoa que atue em nome da empresa-mãe ou de uma das subsidiárias – art.º 6.º, n.º2 DL.

Em contrapartida, e no sentido oposto, consagrou-se a irrelevância da *titularidade extragrupo* que consiste em excluir os direitos sociais implícitos na fração de capital de qualquer subsidiária que sejam detidos por entidades fora do respetivo grupo – art.º 6.º, n.º 3 DL.

Por fim, e no caso de uma empresa-mãe não ser titular de qualquer participação de capital, uma empresa será considerada como sua subsidiária se a empresa-mãe for titular do poder de exercício de uma influência dominante ou controlo, ou em alternativa, pratique atos de gestão como se tratasse de uma única entidade – art.º 6.º, n.º1, a) do citado DL n.º 158/2009.

Assim, verifica-se que o legislador contabilístico define o conceito de grupo através de um método muito mais abrangente do que o legislador societário.

O legislador societário apenas abrange os grupos constituídos por sociedades de capitais que tenham sede em território nacional – art.º 481.º, n.ºs 1 e 2 do CSC. Pelo contrário, o legislador contabilístico, não definiu nem limitou às empresas integradas quaisquer requisitos de forma ou de nacionalidade – artigo 2.º, c) e d) e art.º 6.º, n.º1, do DL n.º 158/2009.

Também é de relevar, que o conceito societário de grupo se encontra limitado às “coligações intersocietárias” desenvolvidas com base em determinados instrumentos jurídicos, como p.ex, contrato de subordinação, contrato de grupo paritário, entre outros consagrados nos art.s 488.º e segs. do CSC. No que diz respeito ao conceito contabilístico de grupo assenta num conceito amplo de controlo que “pode ter uma base simultaneamente jurídica (maiorias de capital, de voto, de composição do órgão de administração, contratos, etc.), mas também meramente económica.”³⁰.

É importante realçar que para o cumprimento da obrigação de consolidação, é preciso ter em conta os referenciais contabilísticos relevantes, sendo primordial distinguir entre os grupos “cotados” e os “não cotados”.

Os grupos “cotados” são constituídos por sociedades que tenham valores mobiliários suscetíveis de negociação em mercado regulamentado. Assim, estes grupos devem elaborar as contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IAS) adotadas pela UE o que implica necessariamente a elaboração das demonstrações financeiras conforme as IAS/IFRS, sendo que a aplicação destas normas contabilísticas são também obrigatórias para a elaboração individual das demonstrações financeiras da empresa-mãe como para as empresas subsidiárias.

³⁰ ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, “A Consolidação das Contas”, in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p.190.

Quanto aos grupos “não cotados” a empresa-mãe pode escolher entre as normas internacionais (IAS/IFRS) e as normas nacionais de contabilidade (SNC) na elaboração das contas consolidadas – previsto no art.º 4.º, n.º2 do DL, sendo também possível de escolher na elaboração das demonstrações individuais da empresa-mãe e das empresas que abarcam o perímetro da consolidação.

3.2. MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A elaboração das contas consolidadas não é sempre realizada segundo o mesmo modelo ou método. Segundo as normas vigentes, a consolidação pode realizar-se segundo o método da consolidação integral (ou global), segundo o método da consolidação proporcional ou segundo o MEP.

O método da consolidação integral é o mais utilizado e é considerado como o método básico, estando presente na 7.ª Diretiva Europeia sobre as contas consolidadas. Consiste num método de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas através da simples agregação de todos os elementos homónimos das demonstrações financeiras individuais da empresa-mãe e empresa subsidiárias (balanços e respetivas demonstrações de resultados), evidenciando-se ainda, os direitos dos sócios minoritários, caso existam.

Como refere ENGRÁCIA ANTUNES³¹, “trata-se, essencialmente, em somar, conta a conta, todos os elementos das demonstrações financeiras das empresas integradas no perímetro grupal (ativos, passivos, créditos, gastos), tratando os interesses minoritários separadamente como responsabilidades para com terceiros”.

No fundo, este método consagra uma espécie de extensão das demonstrações financeiras da sociedade-mãe, enquanto líder da unidade económica do grupo. Assim, este método é o procedimento contabilístico para consolidar o grupo previsto no art.º 6.º do DL n.º 158/2009, tendo em conta que se aplica aos investimentos efetuados pela empresa-mãe nas empresas subsidiárias, quer nas normas contabilísticas internacionais – IAS 27 – Consolidated and Separate Financial Statements, como nacionais – conta 411 do Código

³¹ ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, “A Consolidação das Contas”, in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p.191.

das Contas – “Investimentos em Subsidiárias” e, Norma Contabilística de Relato Financeiro 15 – “Investimentos em Subsidiárias e Consolidação”.

O método de consolidação proporcional baseia-se em operações de consolidação muito parecidas às realizadas com o método da consolidação global, ao qual acrescem diferenças, nomeadamente, quanto à forma de agregação dos componentes das demonstrações financeiras da empresa-mãe, que se realiza somente em proporção da participação detida pela empresa-mãe.

Para melhor compreensão, vamos imaginar que uma determinada sociedade-mãe é titular de uma participação de 40% de capital na sociedade filha e esta tem um ativo de 1000€. A proporção da empresa-mãe no património da filha representa assim o valor de 400,00€.

Este método têm como principal característica a reflexão dos componentes que constituem o património do grupo, pelo que os elementos do balanço e das demonstrações de resultados das empresas subsidiárias abrangidas devem corresponder na proporção da participação detida pela empresa-mãe em cada uma delas.

Assim, este procedimento aplica-se aos “empreendimentos conjuntos”, que são empresas que são controladas simultaneamente por uma empresa dentro do grupo da consolidação e por outra ou outras que não estejam incluídas.

Deste modo, é de concluir que este método é essencialmente facultativo, sendo obrigatório nas filiais comuns, que são dominadas paritária e conjuntamente por empresas integradas, e por empresas estranhas ao grupo considerado.

O método da equivalência patrimonial consiste *numa reapreciação das participações detidas pela empresa-mãe no capital das respetivas filiais, através da substituição no balanço da primeira do valor contabilístico das partes sociais detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das últimas.*³², é usado obrigatoriamente nas “empresas associadas” – Empresas Associadas – são aquelas em que:

1. a empresa consolidante, não sendo titular de controlo exclusivo ou conjunto, de modo a ter que ser incluído na consolidação, mesmo assim influencia significativamente;

³² ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, "A Consolidação das Contas", in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p.193.

2. a empresa consolidante detiver, direta ou indiretamente, uma participação de capital ou voto superior a 20% e inferior a 50%³³.

Conforme acima se explicitou, o conceito contabilístico de grupo é mais variável na forma como regula os grupos do que o legislador societário.

Verifica-se pois uma dualidade de tratamento pelo legislador contabilístico e pelo legislador societário, nomeadamente, porque para o legislador contabilístico basta o exercício de uma influência importante (e não dominante) e não se exige a existência de uma influência global sobre a gestão social da empresa participada, bastando uma participação meramente sectorial.

CAPITULO II – PROTEÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (PATRIMÓNIO INTANGÍVEL) E O ARTIGO 32.º DO CSC

4. PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DO CAPITAL SOCIAL

O princípio da intangibilidade é considerado pela maior parte da doutrina como um dos princípios fundamentais na disciplina jurídica do capital social e com maior relevância na análise do art.º 32.º CSC.

Como refere PAULO DE TARSO DOMINGUES³⁴, o núcleo mais importante do capital social consubstancia-se no impedimento da distribuição aos sócios de resultados que não constituem lucro, em prejuízo dos credores, através do princípio da intangibilidade do capital social.

Tanto assim é, que se consegue facilmente compreender, que existem interesses antagónicos. Por um lado, os sócios querem num curto espaço de tempo, recuperar o investimento realizado dentro da sociedade. Por outra via, os credores pretendem que os seus créditos sejam satisfeitos e dessa forma confiam que a lei mercantil impeça tal distribuição de resultados aos sócios até ao momento em que os seus créditos estejam liquidados.

³³ A conta 412 do Plano de Contas – “Investimentos em Associadas” e Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro 13 – “Investimentos em Empreendimentos Conjuntos e em Associadas.

³⁴ DOMINGUES, PAULO DE TARSO – *Do Capital Social, Noção, Princípios e Funções*, in Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Juridica 33, Coimbra Editora, 1998, p.28 e ss.

Nesse sentido, e aplicando o princípio da intangibilidade do capital social, “o património da sociedade não pode descer abaixo da cifra do capital social, em consequência de distribuições de valores aos sócios.”³⁵.

Assim, o legislador impõe aos sócios da sociedade através deste princípio basilar a limitação em ser atribuído ou distribuído bens ou valores aos sócios que sejam fundamentais para a cobertura do capital social. No fundo a solução legislativa pretende que o património líquido da sociedade não desça abaixo da cifra do capital social (que a lei acresce o valor das reservas indisponíveis) tendo como fundamento atribuições realizadas aos sócios. Por isso, é que se diz que o capital social é intangível para os sócios.

A consagração do princípio da intangibilidade do capital social reflete-se na vida da sociedade, equilibrando aquilo a que se pode denominar “o jogo de interesses”, regulando a posição de cada interveniente, salvaguardando, essencialmente, a posição do credor, mas também, assegurando que o património da sociedade funcione como um garante do cumprimento das suas obrigações e que a distribuição de lucros seja feita respeitando os princípios que tutelam os interesses dos credores.

Porém, é importante realçar que o valor do património da sociedade pode descer abaixo do valor da cifra do capital social, caso contrário as sociedades comerciais eram dissolvidas sempre que no seu exercício obtivessem perdas. O princípio visa sobretudo evitar que o património da sociedade desça abaixo do capital social, no caso de serem atribuídos bens aos sócios, em vez de salvaguardar terceiros credores contra as perdas ocorridas no exercício da atividade empresarial da sociedade.

4.1. O CAPITAL SOCIAL

A figura do capital social desempenha no mundo empresarial um papel relevante e, é notória a sua importância em diversas áreas de saber, como a Sociologia, Contabilidade, Economia e o Direito.

No entanto, e face ao teor do estudo optamos por dedicar exclusiva atenção ao conceito jurídico face à natureza da análise do presente trabalho.

³⁵ TAVARES, HUGO ALEXANDRE DA SILVA – *Princípio da Intangibilidade do Capital Social*, Verbo Jurídico, p.9.

Nesse sentido, verifica-se que o capital social tem diversas dimensões, entre as quais, a determinação da posição do sócio dentro da sociedade, mais concretamente, os seus direitos e obrigações.

Deste modo, é importante realçar que o ordenamento jurídico, nomeadamente o CSC, não define o capital social, embora o delimite e refira em diversos artigos. Nesse sentido, é de salientar o art.º 9.º, n.º 1, alínea f) do CSC, que define os elementos essenciais para a elaboração do contrato de sociedade comercial (pacto social), constando expressamente, a referência à cifra monetária do capital social³⁶, bem como a referência dada ao capital presente no art.º 14.º³⁷ CSC.

Como define EVARISTO MENDES³⁸, o capital social é ou pode identificar-se como o capital de uma sociedade ou entidade de carácter associativo, por contraposição ao capital de entidades com índole diferente, como p.ex, as fundações.

O capital social desempenha funções de proteção da sociedade como protege os próprios interesses dos credores, mesmo que esse papel seja desempenhado de uma forma limitada.

Com a entrada em vigor do DL n.º 33/2011, de 7 março, o art.º 201.º do CSC veio instituir a regra da livre fixação pelos sócios do capital social. No entanto, e apesar dessa alteração, art.º 219.º, n.º 3 do CSC limita o valor subscrito das quotas dos sócios, garantindo que as quotas não podem ter um valor inferior a 1,00€ e o valor da entrada tem de ser, pelo menos igual ao valor nominativo das participações sociais previsto no art.s 25.º, n.º 1 e 199.º, alínea b) do CSC.

Assim para as sociedades por quotas, que p. ex., tenham dois sócios, o capital mínimo possível de ser subscrito são 2,00€ (1,00€ para cada sócio) e assim sucessivamente, consoante o número efetivo de sócios.

³⁶ No entanto, é de realçar que o mesmo artigo refere e consagra a possibilidade de ser constituída uma sociedade comercial sem capital. O tipo societário que esta aqui em causa são as entradas em indústria, que se definem pela contribuição dada pelo sócio à sociedade é dada através do seu trabalho ou dos serviços prestados.

³⁷ Se retira a ideia da obrigatoriedade legal, de no contrato societário e que o citado art.º 9.º faz referência, sendo que o capital social tem de ser expresso em moeda com curso legal em Portugal.

³⁸ MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in IV Congresso Direito das Sociedades em Revista (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J.M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte), p.2 e 3.

No entanto, esta Diretiva visa sobretudo limitar a distribuição de bens aos sócios, por aplicação do princípio da intangibilidade do capital social, que é “um dos principais princípios fundamentais na disciplina do capital social”³⁹.

Para fins societários, releva em especial a noção de capital nominal ou estatutário, bem como as noções de capital real, livre ou vinculado que sendo encarado como uma cifra jurídico-contabilística, cumpre uma função essencial face à sua existência, obrigatoriedade e indisponibilidade aquando da constituição da sociedade.

Assim, sendo uma sociedade constituída e sabendo os sócios à partida que um dos elementos obrigatórios do pacto social é a existência do capital social nominal ou estatutário, verifica-se desde logo a obrigação da sua existência, pelo que cumpre saber se o capital basta apenas ser subscrito ou também ser realizado, no todo ou em parte.

Nesse sentido, quando é constituída uma sociedade por quotas (SQ) ou uma sociedade anónima (SA), verifica-se o cumprimento de um dos elementos fundamentais da constituição do contrato de sociedade – a cifra do capital social.

Os sócios destas sociedades ao assinarem o pacto social têm consciência que em simultâneo estão a subscrever a cláusula do capital social, o que significa que ficam onerados, pelo menos a subscrever o valor da cifra numérica – o *capital subscrito*⁴⁰.

Na maior parte dos casos, uma parte do capital subscrito pelos sócios será devidamente entregue à sociedade, de forma a ser criado um património formado por bens e valores correspondendo ao *capital realizado*.

Como refere EVARISTO MENDES⁴¹, a realização dá-se mediante transmissão e/ou entrega à sociedade, ou colocação à sua disposição das entradas devidas, em dinheiro ou em espécie.

Pelo que, no caso em que não fique estipulado o prazo da realização, o CSC para as SQ, aplica a regra especial, introduzida pelo DL n.º 33/2011, de 7 de março presente nos art.s

³⁹ DOMINGUES, PAULO DE TARSO – *Do Capital Social*, Coimbra Editora, 2004, p.132.

⁴⁰ É exigível aos sócios e nos termos do contrato de sociedade – art.s. 202.º, n.º4/6, 203.º e 285.º do CSC.

⁴¹ MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in IV Congresso Direito das Sociedades em Revista (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J.M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte), p.3.

26.º, n.º 2 e 202.º, n.º4/6 do CSC: os sócios estão obrigados a entregar as entradas até ao final do primeiro exercício económico.

No entanto, pode ser estipulado pelos sócios, o diferimento das referidas entradas, até 5 anos, como expressamente consagrado nos art.s 26.º, n.º3, 203.º, n.º1, 207.º, n.º2 e 285.º, n.º1 do CSC. Neste caso, as entradas podem ser exigidas, aquando do vencimento, através de interpelação aos sócios devedores, prevista nos art.s 203.º, n.º3 e 285.º, n.º2/3 do CSC. Pelo que, a partir do momento em que foi realizada essa interpelação, o capital aos sócios em vez de exigível torna-se exigido⁴².

Cumprir referir, que com a entrada em vigor do SNC em 2009, o legislador adotou a regra contabilística em que os créditos da sociedade sobre os sócios relativos a entradas de capital, bem como outros valores suscetíveis de reforçar o capital próprio da sociedade deixaram de poder inscrever-se no ativo do balanço ⁴³.

Contudo, para a Diretiva 2013/34/EU, de 26 de março de 2013, relativa às contas e demonstrações financeiras anuais, bem como referente às demonstrações financeiras consolidadas das sociedades (apenas para as SQ e SA), o que releva é o capital subscrito enquanto rubrica do capital próprio e não o capital realizado.

Nesse sentido e com a transposição da Diretiva supra referenciada pelo DL n.º 98/2015 de 2 de junho de 2015, corrigiu-se o sistema instaurado em 2009 pelo SNC.

Assim, e desde a entrada em vigor do DL n.º 98/2015, voltou-se ao tradicional sistema do capital subscrito, com a inscrição no balanço dos créditos de entrada referentes ao capital não realizado.

⁴² Como referido pelo EVARISTO MENDES, acerca da interpelação feita aos sócios para pagarem as entradas diferidas, existente para as SQ e SA, quando o capital exigível passa a capital exigido e para melhor compreensão veja-se os art.s 203.º, n.º1 e 285.º, n.º1-3 do CSC.

⁴³MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in IV Congresso Direito das Sociedades em Revista (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J.M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte), p.4 - Pelo que, “a figura do capital estatutário apenas subscrito tenha perdido, na versão originária do mesmo, a sua tradicional relevância jurídico contabilístico em favor do capital realizado, colocando a questão de saber se a cifra de intangibilidade relevante continuava a ser ou não o capital estatutário”.

Outra novidade da Diretiva diz respeito, à necessidade de especificação dos créditos que já foram exigidos aos sócios, mas que ainda não se encontram pagos. Esta situação não se verificava no SNC, pois este não dava importância ao capital subscrito já exigido, originando uma situação anómala quando existia a necessidade de interpretação dos artigos do CSC relativamente ao princípio da intangibilidade do capital social. Com o regresso ao capital subscrito, através da Diretiva essa situação anómala deixou de existir.

No entanto, e apesar da uniformização do sistema português com o sistema adotado pela UE, poder-se-á afirmar que a transposição não foi perfeita⁴⁴. Um dos pontos cruciais verifica-se no modelo de balanço aprovado pela Portaria 220/ 2015, de 24 de junho de 2015, em que se constata que nas rubricas do capital próprio aparece o *capital subscrito*, mas no ativo, apenas há uma rubrica *capital subscrito e não realizado*, mais especificamente, no ativo corrente, o que se desde já contraria a Diretiva.

Para melhor compreensão, vejamos um exemplo⁴⁵:

A SA y constitui-se com um capital de 100.000,00€, realizado em 50%. No pacto social estabeleceu-se que pelo menos metade dos 50.000,00€ por realizar (obrigações de entrada) deverão ser realizadas no prazo de um ano. Passado um ano, a sociedade comercial interpela os seus acionistas para pagarem 25.000,00€, estipulando, 90 dias para o executarem.

Neste caso, teremos então o seguinte:

- **Capital subscrito:** 100.000,00€;
- **Capital realizado:** 50.000,00€;
- **Capital exigido:** 25.000,00€;
- **Capital apenas subscrito:** 25.000,00€.

⁴⁴ MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in IV Congresso Direito das Sociedades em Revista (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J.M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte), p.5.

⁴⁵ MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in IV Congresso Direito das Sociedades em Revista (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J.M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte), p.5.

Ora, os 25.000,00€ de capital exigido respeitante a créditos de curto prazo, devem ser inscritos no ativo corrente, mas o mesmo já não se verifica com os 25.000,00€ de capital apenas subscrito (que não se encontra nem realizado nem exigido), podendo mencionada quantia permanecer em dívida até mais 4 anos. Neste sentido este valor deveria estar no ativo não corrente, como previsto na Diretiva.

4.2. PATRIMÓNIO

O património é definido como um conjunto de situações ativas e passivas suscetíveis de avaliação pecuniária de que uma pessoa, singular ou coletiva, é titular num determinado momento ou porventura pode vir a ser titular.

Nesse sentido e numa perspetiva contabilística, o património pode ser definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a uma determinada entidade num determinado momento.

Para o nosso estudo, interessa-nos a noção de **património contabilístico ou de balanço de exercício**, que se define como sendo “um património restrito, constituído pelos elementos do ativo e do passivo, suscetíveis de inscrição no balanço em conformidade com as regras, normas e princípios que regem a elaboração do balanço do exercício”.⁴⁶

Já o **património líquido de exercício** define-se pela diferença entre o ativo (conjunto de bens e direitos que a entidade possui) e o passivo (conjunto de obrigações a que a entidade se encontra vinculada) e é, tanto para o direito societário como para o direito da contabilidade, uma noção restrita que demonstra a diferença entre o ativo e o passivo, correspondendo ao capital próprio ou situação líquida.

4.3. RELAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O PATRIMÓNIO

Feita a análise, estamos em condições de afirmar que o capital social é uma rubrica do capital próprio e simultaneamente uma cifra representativa de um valor numérico que indica o montante que os sócios estipularam no pacto social entregar à sociedade aquando da sua constituição.

⁴⁶ MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in IV Congresso Direito das Sociedades em Revista (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J.M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte), p.6.

Através do balanço de exercício constata-se o seguinte⁴⁷:

- O património da sociedade encontra-se espelhado no ativo e no passivo, sendo a diferença o capital próprio;
- O capital próprio = situação líquida integra diversas rubricas e dá indicações sobre o valor contabilístico da sociedade;
- Uma das rubricas do capital próprio é o capital social – nominal ou estatutário;
- Com o SNC tal rubrica ficou limitada ao capital social realizado;
- Com o DL n.º 98/2015, os exercícios que se iniciaram em 01.01.2016 regressou-se ao capital subscrito.

4.4. CONSERVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Como se entende rapidamente o art.º 32.º do CSC está inserido como um dos pilares da conservação do capital social.

A cifra do capital social, no direito português, assim como no direito europeu cumpre um papel essencial na distribuição de bens aos sócios. Esta ideia vem explanada desde 1976, no art.º 15º da Diretiva do Capital, em que ficou determinado que os fundos destinados à cobertura do capital social não podem, em circunstância alguma, ser distribuídos pelos sócios⁴⁸, consagrando o princípio da intangibilidade do capital social, visto pela doutrina como “um dos princípios basilares da respetiva disciplina jurídica⁴⁹”.

Com a consagração do princípio da intangibilidade do capital social não se evita que o valor do património não possa descer abaixo da cifra do capital social, em consequência, p. ex., das perdas sofridas pela sociedade num determinado ano, porquanto este princípio não se destina a assegurar tal resultado, visando acima de tudo impedir que o património

⁴⁷ MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in IV Congresso Direito das Sociedades em Revista (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J.M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte), p.6.

⁴⁸ Cfr. Art. 15º, 1, a) a c) da Diretiva 77/97/CEE, de 13 dezembro de 1976, mais conhecida como Segunda Diretiva. Esta Diretiva foi revogada e substituída pela Diretiva 2012/30/EU, de 25 outubro de 2012, passando a configurar o art.º 17.º, números 1 a 3 da nova Diretiva.

⁴⁹ COUTINHO DE ABREU, JORGE (coord.), *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Volume I, s.e, Coimbra, Almedina, 2010, p. 489.

líquido da sociedade desça abaixo da cifra do capital social, através de bens atribuídos aos sócios (enquanto sócios e não como terceiros)⁵⁰, impedindo que seja devolvido o fundo patrimonial que colocaram para a criação e exploração da sociedade comercial⁵¹.

Desta forma, o princípio parte da ideia de que, os valores entregues pelos sócios à sociedade tendo a finalidade de serem parte do capital social não podem regressar à esfera jurídica destes. Ora, a constituição do capital social através de bens dos sócios, tem como fundamento a criação de um fundo patrimonial para o exercício de uma determinada atividade social e que não pode ser utilizado para fins e funções opostos para que foi constituído, excetuando em casos de liquidação da sociedade ou redução do capital social.

Assim, este princípio alcança-se evitando que o património líquido da sociedade⁵² desça, pela atribuição de bens aos sócios, abaixo da cifra do capital social, regime que o mencionado art.º 32º do CSC consagra.

A norma estabelece que não é possível distribuir bens aos sócios, no caso em que o “capital próprio for inferior, ou em caso dessa tal distribuição, se torne inferior em virtude da distribuição ao valor correspondente à soma do capital social e das reservas indisponíveis (ou denominadas reservas legais, consagradas nos art.s 295º e 296º do CSC).

É fundamental diferenciar o tipo de sociedades e dentro das sociedades qual a responsabilidade dos sócios tendo em conta que a conservação do capital social não é similar.

⁵⁰ COUTINHO DE ABREU, JORGE (coord.), *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Volume I, s.e, Coimbra, Almedina, 2010, p. 490.

⁵¹ Tanto assim é, que Ferrer Correia considera que o património líquido pode descer abaixo do capital social, sem que o mesmo coloque em causa o princípio geral da intangibilidade do capital social, nomeadamente, através de um pagamento efetuado a um sócio enquanto titular de um direito de crédito, p.ex., enquanto credor de fornecimento de bens ou serviços à sociedade - CORREIA, FERRER (1968), *Lições de Direito Comercial*, p.226.

⁵² Cumpre referir que o património líquido ou ativo líquido são expressões semelhantes e querem explicar a diferença entre o ativo e o passivo da sociedade comercial. No entanto, são conceitos contabilísticos e que essencialmente a sua matriz se encontra nas regras da contabilidade.

Logo, nas sociedades de responsabilidade limitada, os sócios não respondem pelas dívidas da sociedade, as respetivas entradas não são reembolsáveis e nesse sentido não ficam à disposição dos sócios.

Na perceção de PAULO TARSO DOMINGUES, “no âmbito do nosso sistema jurídico, nas sociedades de capitais o capital social é um elemento essencialíssimo, nelas desempenhando um papel central e insubstituível, determinante de todo o seu regime jurídico”⁵³.

5. ANÁLISE AO ARTIGO 32.º, n.º 1 CSC

Artigo 32.º n.º 1 do CSC

1- “Não podem ser distribuídos aos sócios bens⁵⁴ da sociedade, quando a situação líquida desta, incluindo o resultado líquido do exercício⁵⁵, tal como resulta das contas elaboradas e aprovadas nos termos legais, seja inferior à soma do capital social e das reservas que a lei ou o contrato não permitem distribuir aos sócios ou se tornasse inferior a esta soma em consequências dessa distribuição”⁵⁶.

Nos termos da lei, quaisquer distribuições de bens aos sócios são ilícitas se colocarem em causa a integridade do capital social, ou dito de outra forma a cobertura do seu património líquido. Tanto assim é, que a lei determina que os gerentes e os administradores das sociedades têm a obrigação de não cumprirem certas deliberações que possam infringir o princípio da intangibilidade do capital social, nomeadamente, em três situações: quando a deliberação social não tenha respeitado a integridade do capital social; quando, tendo-a

⁵³ DOMINGUES, PAULO DE TARSO – *Do Capital Social, Noção, Princípios e Funções*, in Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Juridica 33. Coimbra: Coimbra Editora, p.25 e ss.

⁵⁴ O vocábulo bens deve ser interpretada num sentido amplo, incluindo os resultados obtidos pela sociedade.

⁵⁵ Como refere, CUNHA, PAULO OLAVO DA *Direito das Sociedades Comerciais*. 5ª Ed. Coimbra: Almedina, 2012, p. 330, a substituição de “situação líquida” por “capital próprio”, não foi efetuada ao acaso, apesar de, aparentemente, estarem em causa, realidades semelhantes. No fundo, verifica-se a adaptação do sistema legal às Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como ao SNC, na opinião do Prof.º esta “harmonização” veio permitir “que as empresas passem com maior intensidade o critério do justo valor”, tornando muitas rubricas do balanço a expressar-se em valores de mercado, manifestando assim o seu performance.”

⁵⁶ Redação do DL n.º185/2009, de 12 de agosto.

respeitado, no momento da sua execução, tivesse como consequência violar o disposto no art.º 32.º do CSC; e por último, quando a deliberação dos sócios se tenha baseado em contas viciadas e cuja correção tornaria ilícita a distribuição de lucros.

Consegue-se então concluir que o que releva do n.º 1 do art.º 32.º do CSC são as contas elaboradas e aprovadas nos termos previstos legalmente. Neste sentido, para se compreender qual o regime financeiro das sociedades comerciais, principalmente no que diz respeito à distribuição de resultados aos sócios, é necessário conhecer e aplicar em conjunto as regras jurídicas e contabilísticas.

Pelo que, é na contabilidade que se observa e conhece a situação patrimonial em que se encontra a sociedade e se apura os resultados da atividade desenvolvida, nomeadamente, os custos e os proveitos.

Portanto, o art.º 32.º, n.º1 do CSC contém uma cláusula restritiva de distribuição de bens aos sócios, quando o capital próprio, tendo em conta o resultado líquido do exercício, seja inferior à soma do capital social, das reservas legais e / ou estatutárias que impedem a distribuição dos bens ou resultados aos sócios ou, em alternativa aquando dessa distribuição aos sócios, esta se tornar inferior.

Como refere o JOAQUIM GUIMARÃES a norma do art.º 32.º, n.º 1 do CSC visa sobretudo “a proteção do capital das sociedades, constituindo uma salvaguarda da descapitalização e proteção dos sócios minoritários, obedecendo ao princípio da conservação social”⁵⁷.

Para melhor explicarmos a situação que nos ocupa, vejamos o seguinte exemplo:

RUBRICA	VALOR
Capital	1.000€
Reservas Legais	100.00€
Reservas Estatutárias	100.00€
Resultados Transitados	(400.00€)
Resultado Líquido do Exercício	200.00€
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1000.00€

⁵⁷ GUIMARÃES, JOAQUIM DA CUNHA – O “Justo Valor” no SNC e o Art.º 32.º do CSC, in Contabilidade & Empresas, n.º 1, 2ª Série, janeiro/ fevereiro 2010, p. 14 – 20.

No caso em apreço, tendo em conta que o capital próprio é inferior à soma do capital com as reservas legais e as reservas estatutárias, o resultado líquido do exercício não poderá ser distribuído, pois este tem de ser utilizado para cobrir os resultados negativos do ano anterior ou anteriores.

Se pelo contrário, em vez de existir resultados transitados negativos, os valores forem positivos passamos a ter uma situação passível de existir distribuição aos sócios.

RUBRICA	VALOR
Capital	1.000€
Reservas Legais	100.00€
Reservas Estatutárias	100.00€
Resultados Transitados	400.00€
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	100.00€
Resultado Líquido do Exercício	200.00€
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.900€

No caso supra, o capital próprio é de 1.900€, sendo superior à soma do capital (1.200€), com as reservas legais e as reservas estatutárias pelo que não resulta qualquer impedimento à distribuição dos resultados pelos sócios.

Neste caso, se a sociedade decidir pela distribuição dos lucros pelos sócios, o capital próprio continua a ser superior a 1.200€, pelo que se encontra observada a regra expressamente consagrada no n.º1, do art.º 32.º do CSC.

6. ANÁLISE AO ARTIGO 32.º, n.º 2 CSC

Começando a análise pelo n.º 2 do art.º 32.º do CSC, este foi alterado pelo DL n.º185/2009, de 12 agosto, pelo que a norma passou a ter o seguinte corpo normativo:

Artigo 32.º n.º 2 do CSC

“ 2 - Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios bens da sociedade, a que se refere o número anterior, quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam

alienados, exercidos, extintos, liquidados ou, também quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis⁵⁸ e intangíveis^{59 60}”.

Assim, a norma veio consagrar a regra segundo a qual, para a realização da distribuição de lucros, só contam os aumentos de valor relacionados com a atividade social, incluindo os aumentos decorrentes da aplicação do justo valor, se estes tiverem sido realizados.

Com a nova redação o que releva para a distribuição de bens ou resultados são os incrementos efetivamente realizados e não os que decorram simplesmente da aplicação do método do justo valor. Desta forma, visa-se sobretudo evitar que haja uma determinada distribuição de bens aos sócios, com base numa perspetiva de realização não concretizada.

No n.º 2 do art.º 32.º, verifica-se ainda que são os normativos contabilístico, que determinam os critérios para o apuramento da situação líquida da sociedade. Assim, o resultado líquido da sociedade varia consoante o critério contabilístico aplicado. E, mais ainda quando o critério de mensuração do justo valor depende de critérios como o valor do mercado e também da ocorrência de variações patrimoniais.

⁵⁸ Considera-se ativo tangível peças sobressalentes, equipamentos de reserva e equipamentos de manutenção, caso contrário são considerados inventário. De acordo com a NCRF 7, ativos fixos tangíveis são itens “que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e se espera que sejam usados durante mais do que um período”.

⁵⁹ Ativo intangível que tenha uma vida útil indefinida é amortizada no máximo ao fim de 10 anos.

⁶⁰ Consideram-se exercidos, por.ex., no caso “do exercício de opção de compra na locação financeira”; extintos, quando se verifica o “término de um contrato de aquisição de bens, término do contrato de sociedade e a insolvência”, sendo que “em processo de insolvência da empresa ou término do objeto e ou durabilidade do contrato de sociedade”, dizem-se liquidados. Por fim, o uso, diz respeito à “depreciação do ativo fixo tangível ou amortização do ativo fixo intangível”. Os exemplos são de GUIMARÃES, JOAQUIM DA CUNHA – *O “Justo Valor” no SNC e o Art.º 32.º do CSC*, in Contabilidade & Empresas, n.º 1, 2ª Série, janeiro/ fevereiro de 2010, p. 14-20.

É sempre de realçar que o legislador por respeito ao princípio da intangibilidade do capital social e da prudência⁶¹ limita a distribuição de resultados não realizados aos sócios⁶².

7. CONCEITO DE REALIZAÇÃO

Para uma melhor compreensão da regra consagrada, passo a citar o exemplo:⁶³

Tendo uma sociedade A, o capital social de 100.000€ e detendo como único elemento do seu ativo, uma participação financeira de 20.000 ações da sociedade cotada B, adquiridas no início do exercício pelo valor de 5€ cada, o seu património ascenderá a 100.000€. Assim, se no final do seu exercício aquelas ações do capital de B tiverem uma cotação de mercado de 7€ cada, a sociedade A, registará um património líquido de 140.000€, correspondente ao resultado do exercício de 40.000€, na aplicação do critério do justo valor.

Na perspetiva da sociedade, e estando diante destes valores, significa, em termos contabilísticos, que a sociedade alcança lucro. A questão que se tende aqui analisar, é que apesar dessa realidade contabilística, a verdade, é que os sócios, de imediato, não podem

⁶¹ GOMES, FÁTIMA – *O direito aos lucros e o dever de participar nas perdas da sociedade anónima*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 232 – “ (...) tem-se defendido que uma das regras fundamentais a observar, fundada no princípio da prudência contabilística, determina que só se devam inscrever nas contas anuais os lucros já realizados na data do encerramento do exercício”.

⁶² DOMINGUES, PAULO DE TARSO, in ABREU, JORGE MANUEL COUTINHO – *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, vol. I. Coimbra: Almedina, 2010, p. 502 – a utilização do justo valor cria “o risco de consentir numa revalorização dos bens e, consequentemente, num aumento do valor da situação patrimonial societária – de permitir uma mais fácil distribuição de bens pelos sócios, em prejuízo dos credores sociais que verão diminuído o património que garante os seus créditos. Por isso, para a distribuição de bens aos sócios – que tenham por base aumentos da situação patrimonial resultantes da avaliação pelo justo valor, dos bens sociais –, o art.º 32,2 determina que se observe o «princípio da realização», i.é, apenas quando o valor dos bens – atualizados pelo seu justo valor – for, *hoc sensu*, realizado, (e.g., quando os bens forem vendidos) é que esse montante poderá ser distribuído pelos sócios.” Ainda sobre o assunto e segundo GOMES, FÁTIMA, ob. cit., p. 233, “Com a introdução de um n.º 2 no art.º32.º do CSC, o legislador português acabou por resolver eventuais dúvidas existentes relativamente ao princípio da realização, que consagrou de forma expressa (...)”.

⁶³ ROCHA, LUÍS MIRANDA, *A distribuição de resultados no contexto do SNC: a relação com o Direito das Sociedades*, Porto, 2011, p.6.

beneficiar desse resultado, tendo esse lucro que ficar retido na conta de resultados transitados.

Assim, conclui-se que quando o resultado for realizado, o mesmo é passível de ser distribuído aos sócios.

Este regime tem sido ao longo dos últimos anos muito criticado, nomeadamente, por se tratar da mesma forma todos os aumentos que sejam fruto da aplicação da regra de justo valor, seja qual for o seu valor e, conseqüentemente, os resultados da distribuição de bens aos sócios.

Para JOSÉ RODRIGUES DE JESUS e PAULO VASCONCELOS, a realização da mais-valia de certos bens do ativo é muito pouco relevante, quando se trata de bens que são facilmente transacionados, como as ações e obrigações. Os autores referem inclusive que para a “distribuição aos sócios dos ganhos decorrentes de reavaliação pelo seu justo valor bastaria, aparentemente, proceder à sua alienação num dia, para os voltar a adquirir no dia seguinte, pelo mesmo valor”⁶⁴.

Desta forma, questionam ainda os autores referenciados, se não seria mais plausível que a própria lei diferenciasses os factos que são opostos, e posteriormente admitisse a possibilidade de distribuição dos aumentos decorrentes do justo valor que são convertidos muito facilmente em dinheiro, como é o caso de compra e venda de ações, sendo a sua realização quase certa.

No entanto e apesar de terem sido sugeridas ao legislador determinadas medidas, nomeadamente uma restrição ao âmbito de aplicação do n.º 2 do art.º 32.º, como p.ex, os ganhos ocorridos que não sejam facilmente transacionáveis ou que a sua conversão em dinheiro não seja uma certeza, pela Comissão de Acompanhamento do Novo Sistema de Normalização Contabilística, as mesmas não foram tidas em consideração na redação do aditamento ao n.º 2 do art.º 32.º do CSC.

Ainda é importante referir, que o critério do justo valor pode ter implicação direta no resultado líquido do exercício de certa sociedade, no entanto, este resultado encontra-se ainda dependente do mercado de certos bens, que podem registar grandes incrementos ou

⁶⁴ VASCONCELOS, PAULO/JESUS DE RODRIGUES JOSÉ, “*As novas regras contabilísticas e as garantias dos credores – apreciação crítica do art.º 32 CSC*”, in IV Congresso Direito Das Sociedades em Revista, Almedina, 2016,p.484.

enormes perdas, tendo em conta o desenvolvimento do próprio mercado dos bens em questão.

Contudo, o que se conclui acima de tudo é que todos e quaisquer incrementos decorrentes do justo valor, sejam de capitais próprios, quer sejam resultado do exercício, apenas são passíveis de serem distribuídos aos sócios, quando estiverem realizados.

Assim, verifica-se que o art.º 32.º, n.º2 do CSC constitui uma limitação objetiva à distribuição dos bens aos sócios, decorrentes da aplicação do justo valor através de elementos do capital próprio previstos na classe 5 do SNC.

8. TRATAMENTO CONTABILISTICO

De acordo com o SNC, as variações de justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados, bem como evidenciadas nos capitais próprios como variações patrimoniais.

No caso de serem reconhecidas na demonstração de resultados, essas variações afetarão o resultado do período, e consequentemente, o lucro distribuível. Por sua vez, se estiverem reconhecidas nos capitais próprios, as variações não contribuem para a formação do resultado do período.

Assim, tendo em conta a natureza da demonstração de resultados apura-se os rendimentos e gastos que contribuem para a criação do resultado do exercício. Ora, caso não existisse a limitação imposta pelo art.º 32.º, n.º2 do CSC – princípio da intangibilidade do capital social, contabilisticamente poder-se-ia distribuir os ganhos do exercício pelos sócios.

Deste modo, verifica-se que a limitação imposta pelo art.º 32.º, n.º2 do CSC, diz respeito quer a alterações de justo valor, quer estas sejam reconhecidas em rubricas do capital próprio, estando assim implícito, uma vez mais, o impedimento dos bens aos sócios.

O justo valor, enquanto base de mensuração, é usado, para instrumentos financeiros⁶⁵, ativos biológicos⁶⁶, investimentos financeiros⁶⁷, bem como na mensuração subsequente de ativos fixos tangíveis⁶⁸ e intangíveis⁶⁹.

Os instrumentos financeiros podem ser escriturados pelo seu justo valor, tendo em conta que as suas variações são reconhecidas na demonstração de resultados. Quanto aos ativos biológicos, admite-se o uso do método do justo valor, sendo as suas variações consideradas no resultado líquido do período que ocorrem. Nos investimentos financeiros, por sua vez, podem ser mensurados pelo justo valor, no caso de cotações num mercado ativo ou no caso em que o justo valor possa ser definido de forma fiável, sendo as variações ocorridas reconhecidas na demonstração de resultados, manifestando-se consequentemente nos resultados do período a que dizem respeito.

Quanto aos ativos tangíveis, inicialmente são reconhecidos pelo custo de aquisição. No entanto, é possível na mensuração subsequente, serem escriturados por quantias revalorizadas. Tendo em conta a NCRF 7, por regra, se da revalorização resultar incrementos no ativo, estes são creditados diretamente nos capitais próprios em excedentes de revalorização. Pelo oposto, se da revalorização se verificar uma diminuição do valor do ativo, essa diminuição será registada numa conta de gastos, na parte que seja superior ao excedente de revalorização que possa já se encontrar registada.

Para os ativos intangíveis a base de mensuração aplicada para o seu reconhecimento inicial é regra geral o método do custo. Quanto à mensuração subsequente, opta-se entre o método do custo e o da revalorização.

Poder-se-á concluir o seguinte:

⁶⁵ Estamos a referir-nos essencialmente, às ações e obrigações.

⁶⁶ Este tipo de ativos tem como característica, a possibilidade de se poderem valorizar, tendo em conta a sua capacidade produtiva ao longo do tempo, como p.ex., a produção de gado.

⁶⁷ Neste caso, estamos a referir-nos, p.ex., a participações de capital noutras sociedades comerciais.

⁶⁸ Ativos fixos tangíveis são, p.ex., equipamentos móveis e/ou imóveis, como é o caso de máquinas afetas à atividade da sociedade.

⁶⁹ Ativos fixos intangíveis que não tem composição física, mas que mesmo assim se consegue identificar, p.ex., uma patente, uma marca.

Quanto às alterações ocorridas nos ativos biológicos consumíveis, nos investimentos financeiros verifica-se o seu reconhecimento nos resultados do período, nesse sentido, ter-se-á que aplicar o limite imposto pelo art.º 32.º, n.º 2 do CSC. Deste modo, os resultados auferidos no decurso de um aumento de justo valor devem ser deduzidos ao resultado líquido do período, de forma a ser calculado qual o montante do resultado passível de ser distribuível pelos sócios.

No que diz respeito, às alterações de justo valor motivadas pela adoção do modelo de revalorização nos ativos tangíveis e intangíveis são reconhecidos nos capitais próprios, mais concretamente, na conta 58 – excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis. A realização deste excedente será alcançada através do uso ou da alienação. Assim, quando o excedente de revalorização for reconhecido passará para a conta de resultados transitados, deixando de existir qualquer limitação dos bens serem distribuídos pelos sócios.

9. ANÁLISE AO ARTIGO 32.º, N.º 3 DO CSC – MEP

Chegamos agora então ao tema central do presente trabalho que visa sobretudo compreender o aditamento realizado ao art.º 32.º do CSC motivado pela transposição da Diretiva 2013/34/EU.

Artigo 32.º, n.º 3 do CSC

3 – “ Os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial, nos termos das normas contabilísticas e de relato financeiro, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios, nos termos a que se refere o n.º 1, quando sejam realizados ”.

Como define ENGRÁCIA ANTUNES, “consiste numa reapreciação das participações detidas pela empresa-mãe no capital das respetivas filiais, através da substituição no balanço da primeira do valor contabilístico das partes sociais detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das últimas”⁷⁰.

⁷⁰ ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, "A Consolidação das Contas", in Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p.193.

Como referenciam os autores⁷¹, “a aplicação do MEP corresponde, essencialmente à metodologia contabilística da consolidação de contas e das concentrações empresariais”.

O MEP é obrigatoriamente utilizado pelas empresas ditas “associadas”, isto é, daquelas empresas sobre as quais a empresa consolidante apesar de não portadora de controlo exclusivo influência a sua gestão. Um dos critérios utilizados para o apuramento dessa influência significativa, verifica-se através da detenção de uma participação de capital ou de voto superior a 20% e inferior a 50% - previsto nas normas 412 – Investimentos em Associadas, IAS 28, e NCRF 13 – Investimentos em Empreendimentos Conjuntos e em Associadas⁷².

Com a aplicação do MEP “as contas da participante, a todo o momento, refletem o custo de aquisição das ações ou quotas e os acréscimos e decréscimos do capital próprio da participada após a data de aquisição da participação, na proporção da sua participação”⁷³.

JOSÉ RODRIGUES DE JESUS e PAULO VASCONCELOS consideram que “as contas da sociedade participante integram o resultado obtido pela sociedade participada nesse mesmo exercício, na parte que à participante cabe nesse resultado”⁷⁴.

⁷¹ JESUS, JOSÉ RODRIGUES DE e JESUS, SUSANA RODRIGUES DE – *Alguns Aspectos da Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial*, in Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, n.º 54, 2011, p.18.

⁷² A noção de “influência significativa” empregue na análise contabilística das empresas associadas diverge na forma como é interpretada pelo legislador societário, a vários títulos: para a contabilidade basta o exercício determinante, mas não dominante sobre a empresa, sendo que para a realidade societária estamos no âmbito de uma participação minoritária, resumindo-se apenas a uma simples participação, opondo-se ao art.º 486.º, n.º2, alínea b) do CSC – definição de influência dominante no direito das sociedades; noutra perspetiva não é exigível uma influência global sobre a gestão social da empresa participada, sendo apenas exigível uma influência representativa, p.ex., participação no processo de decisão.

⁷³ VASCONCELOS, PAULO e JESUS DE RODRIGUES JOSÉ, “*As novas regras contabilísticas e as garantias dos credores – apreciação crítica do art.º 32 CSC*”, in IV Congresso Direito Das Sociedades em Revista, Almedina, 2016,p.487.

⁷⁴ VASCONCELOS, PAULO e JESUS DE RODRIGUES JOSÉ, “*As novas regras contabilísticas e as garantias dos credores – apreciação crítica do art.º 32 CSC*”, in IV Congresso Direito Das Sociedades em Revista, Almedina, 2016,p.487.

O MEP contrapõe-se ao método do custo. Em ambos os métodos, o investimento inicial é registado pelo preço de aquisição, sendo que as diferenças se verificam ao nível do procedimento utilizado no registo da contabilização da quota-parte dos resultados do exercício da empresa associada ou subsidiária na participante.

Quanto ao método do custo “a quota-parte dos resultados apenas é contabilizada quando é recebida, enquanto no método da equivalência patrimonial é contabilizada no ano a que os resultados dizem respeito, independentemente do seu resultado”⁷⁵.

No MEP o investimento inicial é sempre registado como um custo, sendo posteriormente reconhecido, pela sociedade participante, no valor da participação, a parcela correspondente nos resultados, bem como qualquer vicissitude ocorrida no capital próprio da sociedade participada, p.ex., distribuição de dividendos.

No fundo e em suma o que acontece é que através do MEP, “o valor da participação aumenta ou diminui com o resultado positivo ou negativo, respetivamente, da participada, e diminui com a distribuição dos resultados e aumenta com a cobertura de prejuízos, também respetivamente”⁷⁶.

Pelo contrário, na aplicação do método do custo o valor da participação não é afetado nem pelos resultados da participada, nem pela distribuição de resultados.

Na aplicação do MEP, os resultados obtidos pela sociedade participante vão refletir os resultados da sociedade participada, mas não a sua distribuição; em contraposição, no método do custo os resultados da sociedade participante apenas se vão refletir na distribuição de resultados da sociedade participada.

Acerca da aplicação do MEP, JOSÉ RODRIGUES DE JESUS e PAULO VASCONCELOS levantam uma questão bastante pertinente sobre se os lucros obtidos não distribuídos das sociedades participadas, (que como anteriormente já mencionado integram os resultados das sociedades participantes), são suscetíveis de distribuição pelos

⁷⁵ LOPES, CARLOS ANTÓNIO ROSA, “*Métodos de contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas*”, in, Revista TOC, N.º 132, março 2011, p.35.

⁷⁶ VASCONCELOS, PAULO e JESUS DE RODRIGUES JOSÉ, “*As novas regras contabilísticas e as garantias dos credores – apreciação crítica do art.º 32 CSC*”, in IV Congresso Direito Das Sociedades em Revista, Almedina, 2016,p.487.

sócios das sociedades participantes, ou se pelo contrário ficam sujeitas ao regime de indisponibilidade.

É importante ainda antes de se tentar desencadear uma resposta firme a esta questão, esclarecer que em termos fiscais, os efeitos ao se aplicar o MEP para o apuramento do lucro tributável, em sede de IRC, encontram-se estipulados no n.º 8 do artigo 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) que *“os rendimentos e gastos, assim como quaisquer outras variações patrimoniais, relevados na contabilidade em consequência da utilização do método de equivalência patrimonial não concorrem para a determinação do lucro tributável, devendo os rendimentos provenientes dos lucros distribuídos ser imputados ao período de tributação em que se adquire o direito dos mesmos”*.

O CSC até ao ano de 2015 nunca se tinha pronunciado sobre esta questão pertinente. Em 2015, com a entrada em vigor do DL n.º 98/2015, de 2 de junho, devido à transposição da Diretiva da Contabilidade esta matéria em análise passou a estar explanada no CSC. Até então, o art.º 32.º do CSC não vedava a possibilidade de distribuição de resultados que decorressem de ganhos obtidos pelas sociedades participadas, que ainda não fossem atribuídos às sociedades participantes, apenas vedava a possibilidade de incrementos que se verificassem através do justo valor.

O novo diploma, no seu art.º 5.º inovou ao aditar um número 3 ao art.º 32.º do CSC e do novo texto legal, poder-se-á pensar que, até ao aditamento era possível a distribuição aos sócios das sociedades participantes dos ganhos obtidos pelas sociedades participadas.

Aliás, na vigência da Quarta Diretiva⁷⁷, verificava-se que os resultados decorrentes da aplicação do MEP não podiam ser distribuídos, exceto quando diziam respeito a dividendos recebidos.

Para JOSÉ RODRIGUES DE JESUS que entende que os resultados apenas são passíveis de serem distribuídos após estarem à disposição da sociedade participada, pois considera que o que se pretende com este aditamento é a extensão de um regime que o legislador contabilístico implementou desde o POC em 1991. Assim e na opinião deste autor, o

⁷⁷ Diretiva n.º 78/660/CEE, de 25 julho de 1978, definia a harmonização das contas anuais das empresas individuais. Esta Diretiva foi revogada pela Diretiva da Contabilidade que seguiu a mesma ideologia – art.º 9.º, n.º 7 c).

aditamento feito ao art.º 32.º do CSC visa sobretudo a inserção no código societário de um regime que já existia desde os tempos do POC e que estabelecia o seguinte:

- a. Os resultados líquidos, na proporção da participação, eram acrescidos aritmeticamente ao custo de aquisição da participação no exercício em que os mesmos eram obtidos pelas participadas;
- b. Os resultados líquidos eram, em contrapartida contabilizados como ganhos financeiros ou perdas financeiras, nesse mesmo exercício em que eram obtidos pelas participadas, constituindo, assim, uma parcela dos resultados líquidos da empresa participante;
- c. Se se verificasse que no exercício seguinte os lucros imputados excediam os lucros atribuídos, a empresa participante devia registar a diferença na conta 552, denominada – Ajustamentos de capital em filiais e associadas – lucros não distribuídos, por contrapartida da conta 59 – Resultados Transitados;
- d. O valor da participação financeira era reduzido pelo montante dos lucros distribuídos e aumentado pela quantia da cobertura de prejuízos.

No entanto, a transposição da Diretiva da Contabilidade trouxe uma novidade no que diz respeito à aplicação do MEP – art.º 9.º n.º 7 alínea c)⁷⁸:

“Caso o resultado atribuível à participação reconhecido na demonstração de resultados ultrapasse o montante dos dividendos já recebidos ou cujo pagamento possa ser exigido, o montante da diferença é colocado numa reserva que não possa ser atribuído aos acionistas”.

Ora, esta regra não é mais do que a confirmação do regime implementado pelo POC em 1991, ou seja, a impossibilidade de serem distribuídos resultados da participada na participante antes que tais resultados tenham sido atribuídos pela sociedade participada.

Tanto assim é, que as normas contabilísticas, mais concretamente, o SNC preceitua que os resultados não distribuídos da sociedade participada, não podem ser usados pela sociedade participante ficando também abrangida a distribuição de resultados pelos sócios. Assim, o tratamento contabilístico passará pelo registo de um ganho ainda não

⁷⁸ Art. 9º, 7, c) da Diretiva 2013/34/UE, de 26 junho de 2013.

concretizado na sociedade participante, sendo esse registo alterado no momento, em que for realizada a distribuição de lucros da sociedade participada.

Com a deliberação da distribuição de lucros por parte da sociedade participada, o montante entregue à sociedade participante transita para a conta de resultados transitados, sendo que o remanescente (cativo pela sociedade participada) permanece na conta 5712 do capital próprio – lucros não atribuídos. Nesse sentido, compreende-se que apenas o valor existente na rubrica resultados transitados é objeto de distribuição pela sociedade participante, concomitantemente com os restantes valores obtidos no decurso do exercício.

Para melhor compreensão passamos a um exemplo⁷⁹:

Admitamos que a **Sociedade A** detém uma participação de 40% na **Sociedade B**. Se a **Sociedade B** regista em 2013 o valor de 1000,00€ referentes a resultados positivos, no resultado da **Sociedade A** desse exercício é registado um ganho de 400,00€ ($1000,00€ \times 40\% = 400,00€$).

Desse resultado obtido o montante dos 400,00€ será transportado para a conta 5712 se não tiver existido distribuição de resultados por parte da **Sociedade B** e aí permanecerão até que seja promovido.

Ora, se a **Sociedade B** deliberar e decidir pela não distribuição de lucros, o valor dos 400,00€ mantém-se na conta 5712, na contabilidade da **Sociedade A** e é insuscetível de ser distribuído aos sócios da **Sociedade A**.

Se porventura, a **Sociedade B**, optar na deliberação da assembleia geral distribuir 750,00€, levando a reservas o restante, a quota-parte da **Sociedade A** são 300,00€ ($750,00€ \times 40\% = 300,00€$), irá ser contabilizado no balanço da **Sociedade A** em resultados transitados o valor de 100,00€ ($250,00€ \times 40\% = 100,00€$) permanecendo na conta 5712 do capital próprio.

Assim, a **Sociedade A** apenas pode distribuir aos sócios o montante de 300,00€, caso esteja em condições de o realizar (salvaguardando as reservas legais obrigatórias se for o caso ou cobrir prejuízos).

⁷⁹ VASCONCELOS, PAULO e JESUS DE RODRIGUES JOSÉ, “As novas regras contabilísticas e as garantias dos credores – apreciação crítica do art.º 32 CSC”, in IV Congresso Direito Das Sociedades em Revista, Almedina, 2016, p.490.

Se a **Sociedade A**, nesse mesmo exercício obtiver um resultado negativo de 4000,00€, já estando incluído o montante de 400,00€ do MEP da sociedade participada, a aplicação de resultados será efetuada desta forma:

- Para a conta do capital próprio 5712 – Ajustamento de partes do capital em filiais e associadas será transferido o montante de 100,00€ respeitante aos lucros não atribuídos das participadas;
- Para a conta Resultados Transitados será transferido o montante negativo de (4.300,00€).

Assim, a “aplicação do MEP, é neste contexto, um modo de fazer chegar mais rapidamente os resultados das participadas aos sócios das participantes, consistindo a proteção dos credores na exigência de que os resultados das participadas fluam em distribuição”⁸⁰.

⁸⁰ VASCONCELOS, PAULO e JESUS DE RODRIGUES JOSÉ, “*As novas regras contabilísticas e as garantias dos credores – apreciação crítica do art.º 32 CSC*”, in IV Congresso Direito Das Sociedades em Revista, Almedina, 2016, p.492.

CONCLUSÕES

Ao longo do presente trabalho, tivemos oportunidade de enunciar os motivos pelos quais consideramos que o regime de distribuição dos bens aos sócios se encontra interligado ao regime contabilístico, bem como os limites societários para a verificação da distribuição dos bens pelos sócios.

Verificámos, que a prestação de contas é um elemento essencial para qualquer sociedade comercial, bem como concluímos que é necessário o cumprimento desta obrigação para que a sociedade consiga apurar a sua solvabilidade e a existência no final de cada ano de exercício de lucro.

É importante referir, uma vez mais, que qualquer sociedade comercial é criada para gerar lucro, sendo esse o fundamento dos sócios para injetarem determinados montantes aquando da sua constituição.

Ora, sabendo o legislador que os interesses dos sócios são antagónicos dos restantes elementos (credores, estado, fornecedores) optou por limitar a distribuição de bens aos sócios quando determinados pressupostos não estejam reunidos – art.º 32.º do CSC.

De facto, com a transposição da nova Diretiva da Contabilidade, vários desafios vieram ao encontro do regime societário, mais concretamente, houve a necessidade de aditar o n.º 3 ao art.º 32.º do CSC e ficar conforme a nova Diretiva.

Nesse sentido, e com a nova redação verifica-se a adoção de um método de mensuração – MEP – método de equivalência patrimonial, assim como o capital social deixou de ser o capital realizado para retornar ao capital subscrito, uniformizando conceitos contabilísticos e societários.

Verificamos que a aplicação por parte das sociedades do MEP reflete-se nos resultados obtidos, ao contrário de outros métodos de mensuração, mais concretamente, o método do custo que abarca apenas a distribuição dos resultados.

Assim, com a entrada em vigor do diploma n.º 98/2015, de 2 de junho, as principais questões suscitadas prendem-se com a distribuição de lucros que não são distribuídos pelas empresas participadas (face ao regime do MEP são introduzidas nos resultados das sociedades participantes), bem como saber se ficam sujeitos ao regime geral de indisponibilidade, tendo em conta o princípio da intangibilidade do capital social.

Até então, o CSC não impedia a distribuição de resultados de ganhos das sociedades participadas, vedando apenas os resultados obtidos através da aplicação do método de justo valor.

Toda esta análise, e independentemente do método de mensuração adotado pela sociedade comercial, encontra o seu fundamento na proteção da conservação do capital social em detrimento da distribuição de determinados resultados pelos sócios.

A maior dificuldade prende-se com a necessidade de conjugar e harmonizar as regras contabilísticas vigentes – NIC'S, SNC, IAS com o sistema regulado no CSC. Tanto assim é, que ao nível contabilístico não se verificam limitações à distribuição de lucros, nem existem preocupações com o capital social, verifica-se sim, a aplicação de um método de mensuração diferente que é abordado de forma distinta. Pelo contrário, e face ao facto da matéria do capital social se encontrar intrinsecamente ligada ao regime contabilístico, ao nível jurídico encontram-se maiores dificuldades na regulação das regras aplicáveis à distribuição de lucros e suas limitações, pelo facto das normas aplicáveis, mais concretamente, o art.º 32.º espelhar regras contabilísticas e jurídicas.

Noutra perspetiva, a abordagem deste tema pretende ao mesmo tempo, chamar a atenção para a necessidade de uma maior cooperação entre juristas e contabilistas aquando da elaboração de leis, regulamentos, portarias que vão regular matérias interligadas e que necessitam de serem conjugadas e estarem em conexão.

Por fim, e face às questões suscitadas aquando da decisão de distribuição de bens aos sócios, tentamos analisar os motivos para a existência das proibições previstas no art.º 32.º do CSC. No fundo, e face a tudo o que foi analisado, parece-nos que a questão é resolvida através da interpretação feita à disposição legal, sendo que essa interpretação pode originar uma diminuição de valores distribuídos pelos sócios, ou porventura podem originar distribuição de valores que são insuscetíveis de serem distribuídos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AAA –American Accouting Association “*A Statement of Basic Accounting Theory*”, ASOBA, 1966.

ANTUNES, JOSÉ ENGRÁCIA, "A Consolidação das Contas", *in* Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas, n.º 19, 2011, p. 185-199.

COUTINHO de ABREU, JORGE (coord.), Código das Sociedades Comerciais em Comentário, Volume I, Coimbra, Almedina, 2010.

CORREIA, FERRER, Lições de Direito Comercial, 1994, p.226.

CUNHA, PAULO OLAVO DA – *Direito das Sociedades Comerciais*. 5ª Ed. Coimbra: Almedina, 2012.

DOMINGUES, PAULO DE TARSO, *in* ABREU, Jorge Manuel Coutinho – *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, vol. I. Coimbra: Almedina, 2010. Pp. 487– 502.

DOMINGUES, PAULO DE TARSO – *Do Capital Social, Noção, Princípios e Funções*, *in* Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Juridica 33. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

DOMINGUES, PAULO DE TARSO, Nótula relativa à revogação / substituição da 2.^a Diretiva sobre sociedades (a chamada “Diretiva do Capital”) *in* *Direito das Sociedades em Revista*, Ano 5, Vol. 9, Março 2013.

ELORZA, IDOYA FERNÁNDEZ e ROUCO CÉSAR GONZÁLEZ – “El concepto de patrimonio neto a efectos mercantiles tras la reforma contable y otras modificaciones legales posteriores”

FERNANDES, GILBERTO (2015) – Implicações e Reflexões Práticas em torno do novo “SNC”. Revista OTOC Setembro 2015, pp.29-31, disponível em <http://en.calameo.com/read/000324981e45ff9c79d7b>

FERNANDES, JANETE – “A adopção do justo valor e a distribuição de bens aos sócios in *Revista Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, outubro/novembro 2014.

GOMES, FÁTIMA – *O direito aos lucros e o dever de participar nas perdas da sociedade anónima*. Coimbra: Almedina, 2011.

GUIMARÃES, JOAQUIM DA CUNHA – *O “Justo Valor” no SNC e o Art.º 32.º do CSC*, in *Contabilidade & Empresas*, n.º 1, 2ª Série, Janeiro/ Fevereiro de 2010. Pp. 14 – 20.

JESUS, JOSÉ RODRIGUES DE e JESUS, SUSANA RODRIGUES DE – *Alguns Aspectos da Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial*, in *Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, n.º 54, Julho – Setembro de 2011.

LOPES, CARLOS ANTÓNIO ROSA, “*Métodos de contabilização das participações financeiras em subsidiárias e associadas*,” in, *Revista TOC*, N.º 132, março 2011, p.35

MENDES, EVARISTO – “*Deliberações dos sócios e intangibilidade do capital social. Algumas questões*”, in *IV Congresso Direito das Sociedades* em *Revista* (coord. Pedro Pais de Vasconcelos, J. M. Coutinho de Abreu e Rui Pinto Duarte).

MENEZES CORDEIRO, ANTÓNIO (coord.) *et al*, Código das Sociedades Comerciais Anotado, s.e., Coimbra, Almedina, 2009

PEREIRA DE ALMEIDA, ANTÓNIO, O Capital Social e o SNC, in PAULO OTERO (coord.) *et al*, *Estudos em Memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches*, Vol. II, 1ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2011

PINTO, ALEXANDRE MOTA – “A Prestação de Contas e o Financiamento das Sociedades Comerciais”, in AAVV, *Direito do Balanço e as Normas Internacionais de Relato Financeiro* (SALDANHA SANCHES/ TABORDA DA GAMA/ SOUSA CÂMARA organizadores), Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

PITA, MANUEL ANTÓNIO, *Apontamentos sobre capital social e património nas sociedades comerciais, Direito das sociedades e direito da contabilidade*, in PAULO OTERO (coord.) *et al* 54.

ROCHA. LUÍS MIRANDA, *A distribuição de resultados no contexto do SNC: a relação com o Direito das Sociedades*, Porto, 2011.

RODRIGUES, Ana Maria, (Coord.), *SNC - Sistema de Normalização Contabilística*, 2ª Edição, Almedina, Coimbra, 2012.

TAVARES, HUGO TAVARES DA SILVA – *Princípio da Intangibilidade do Capital Social*, Verbo Jurídico.

SANTOS, ALEXANDRE SOARES DOS, “As Normas Internacionais de Contabilidade e a Transparência das Empresas Cotadas” in *Cadernos do Mercado dos Valores Mobiliários*, nº 15, Dezembro 2002, disponível em www.cmvm.pt/pt/EstatisticasEstudosEPublicacoes/CadernosDoMercadoDeValoresMobiliarios/Documents/5e29049d819b48a8b87b899a1cc6f959AlexandreSantos.pdf

SILVA, EDUARDO SÁ, ANJOS PAULO E SILVA TÂNIA “*O novo SNC - Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho*”, Vida Económica, 2015.

VASCONCELOS, PAULO e JESUS DE RODRIGUES JOSÉ, “*As novas regras contabilísticas e as garantias dos credores – apreciação crítica do art.º 32 CSC*”, in IV Congresso Direito Das Sociedades em Revista, Almedina, 2016.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. JO L 243, p. 1-4.

Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia L 182, p. 19-76.